

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO N.º 029/SEBRAE/RS/2012

1. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1 O SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SEBRAE/RS, entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de serviço social autônomo, com sede à Rua Sete de Setembro nº 555, CEP 90010-190, em Porto Alegre - RS, inscrito no CNPJ sob nº 87.112.736/0001-30, através da sua Gerência de Administração, Logística e Suprimentos, torna público que, nos termos das Leis Ordinárias 10.520/02 e 8.666/93, Lei Complementar 123/2006, Decreto 5.450/05, legislação correlata e condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, promoverá LICITAÇÃO sob a **MODALIDADE PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA** e tipo **MENOR PREÇO**, cujo objeto está vinculado ao projeto “Talentos do Brasil Rural Turismo e Agricultura Familiar a Caminho dos Mesmos Destinos” e ao contrato de repasse nº **0308863-55 / 2009 / MDA / CAIXA**.

2. DO OBJETO

2.1 Contratação de empresa (s) especializada (s) para prestação de serviços de **ASSISTÊNCIA TÉCNICA AS ORGANIZAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR E/OU NO MERCADO TURÍSTICO, SENDO ATÉ 80 HORA/MÊS, DURANTE O PERÍODO DE 10 MESES, VISANDO SENSIBILIZAR, MOBILIZAR E ARTICULAR OS EMPREENDIMENTOS E PARCEIROS EM NÍVEL LOCAL, DAR APOIO NAS ATIVIDADES DO PROJETO TALENTOS DO BRASIL RURAL, COM ABRANGÊNCIA NACIONAL, MAS SENDO EXECUTADOS PRIORITARIAMENTE DENTRO DOS ESTADOS DE RONDÔNIA, ACRE E MATO GROSSO**, nos municípios que tiverem produtos ou roteiros selecionados no projeto, cujo objeto está vinculado ao contrato de repasse nº **0308863-55 / 2009 / MDA / CAIXA**, conforme especificações constantes neste Edital e seus Anexos.

3. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1 As atividades a serem realizadas pela licitante vencedora, no âmbito do Projeto “Talentos do Brasil Rural Turismo e Agricultura Familiar a Caminho dos Mesmos Destinos” são as atividades do denominado “Articulador Local” (ver Anexo II – Termo de Referência), e envolvem a estruturação e implementação das ações do Projeto na localidade referida no item 2.1 deste Edital, compreendendo entre as atividades:

- a) Mobilizar os empreendimentos da sua área geográfica de atuação, conforme item 2.1 deste Edital, selecionados no âmbito do Projeto “Talentos do Brasil Rural Turismo e Agricultura Familiar a Caminho dos Mesmos Destinos” para todas as atividades do referido projeto.
- b) Auxiliar na realização dos diagnósticos e das capacitações dos empreendimentos que estiverem em seu território geográfico de atuação, previsto no item 2.1 deste Edital;
- c) Acompanhar e orientar os empreendimentos no que se refere as ações previstas no Projeto “Talentos do Brasil Rural Turismo e Agricultura Familiar a Caminho dos Mesmos Destinos”;

- d) Fazer a ligação entre os empreendimentos selecionados em seu território geográfico de atuação, previsto no item 2.1 deste Edital, e os clientes prospectados em pesquisa, para a facilitação do fechamento de negócios entre empreendimentos e clientes;
- e) Aplicar instrumentos de monitoria e avaliação junto aos empreendimentos e aos clientes do seu território geográfico de atuação, previsto no item 2.1 deste Edital;
- f) Realizar reuniões e visitas com consultores contábeis e especialistas, parceiros, clientes e empreendimentos para avaliação dos resultados;
- g) Elaborar relatórios técnicos mensais das atividades e resultados alcançados;
- h) Elaborar e entregar 01 (um) Relatório Final de Execução acompanhado de toda a documentação organizada, incluindo registros fotográficos, análise da execução do projeto com o uso de gráficos e demais materiais relacionados ao projeto;
- i) Outros serviços correlatos.

3.2 A prestação de serviços terá duração total de até 800 (oitocentas) horas técnicas, devendo o prestador de serviços possuir total disponibilidade para viagens e disponibilidade de atender até 80 horas por mês, conforme solicitação do **SEBRAE/RS**.

3.3 O Projeto Talentos do Brasil Rural tem abrangência Nacional, concentrando-se especialmente nos 12 Estados com cidade sede dos jogos da Copa do Mundo de 2014 (Mato Grosso, Amazonas, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal) e suas respectivas áreas geográficas de atuação.

3.4 As despesas com viagens serão suportadas pelas partes conforme disposto nos itens 3.3 e 3.4 do Anexo II (Termo de Referência) deste Edital.

3.5 A descrição das principais atividades, a qualificação técnica necessária, bem como local de realização dos trabalhos e demais responsabilidades encontram-se esclarecidas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

4. DAS INFORMAÇÕES DE DIA E HORA DA ENTREGA DA PROPOSTA ELETRÔNICA

4.1 Para participar da presente licitação, as empresas deverão obter o presente Edital no site <http://www.licitacoes-e.com.br> ou no site do SEBRAE/RS <http://www.sebrae-rs.com.br>.

4.2 O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *internet*, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, conforme diretrizes abaixo:

4.2.1 Entidade Promotora: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul;

4.2.2 Local de realização: <http://www.licitacoes-e.com.br>;

4.2.3 Início do acolhimento das propostas: 18 de julho de 2012 as 10 horas;

4.2.4 Término de lançamento de propostas e Abertura das propostas: 31 de julho de 2012 as 10 horas;

4.2.5 Classificação e Desclassificação de Proposta e início da sessão de disputa de preço: 31 de julho de 2012 as 14 horas.

4.3 A licitante deverá observar as datas e os horários limites acima previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário de início da disputa de preços.

4.4 Todas as **referências de tempo** no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

4.5 Os trabalhos serão conduzidos por funcionária do SEBRAE/RS, denominada pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo licitações constante da página eletrônica do Banco do Brasil S/A.

4.6 A comunicação entre a pregoeira e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico. Ressalte-se que, no ambiente eletrônico da sala de disputa, a permissão para envio de mensagem é dada somente a pregoeira.

4.7 Cabe a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO VALOR ESTIMADO

5.1 As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta da verba / dotação orçamentária, conforme registrado no SICONV, Contrato de Repasse nº **0308863-55 / 2009 / MDA / CAIXA** celebrado entre Ministério do Desenvolvimento Agrário, Caixa Econômica Federal e SEBRAE/RS, referentes ao desenvolvimento do Projeto **“Talentos do Brasil Rural Turismo e Agricultura Familiar a Caminho dos Mesmos Destinos”**.

5.2 A despesa máxima aceitável com a execução do objeto desta licitação é de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), correspondentes a 800 (oitocentas) horas de prestação de serviços.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Somente poderão participar deste pregão eletrônico as licitantes devidamente credenciadas junto ao provedor do Sistema na página eletrônica www.licitacoes-e.com.br, nos termos da legislação pertinente.

6.2 Poderão participar da presente licitação empresas especializadas, legalmente estabelecidas no País, que se encontre em regular funcionamento, que preencham as condições exigidas por este Edital e cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da presente licitação, observadas às condições de habilitação.

6.3 Será impedida de participar da presente licitação toda a empresa que:

- a) Tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal;

- b) Estiver impedida ou temporariamente suspensa de participar de licitação ou contratar com a Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, salvo se comprovar a sua reabilitação;
- c) Estiver proibida de participar da licitação em razão do estipulado no artigo 9º da Lei 8.666/93;
- d) Aquelas que estiverem sob decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concordata, fusão, cisão, incorporação, dissolução ou liquidação;
- e) Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- f) Apresente-se na forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- g) Que seja estrangeira e não esteja em funcionamento no país;
- h) Esteja impedida de licitar com o Sistema S ou Administração Pública Direta ou Indireta Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, ou cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo Sistema S, Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou Distrital;
- i) Tenha funcionário ou membro da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal, Distrital ou do SEBRAE/RS como subcontratado, responsável técnico, dirigente, bem como os ex- empregados, até seis meses após a demissão imotivada ou o pedido de demissão;
- j) Empresas que, contrariando o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, empregam menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como, menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- k) Estejam constituídas como Sociedades Cooperativas de mão-de-obra, nos termos da Lei 5764, de 16.12.1971, tendo em vista a natureza do objeto licitado e das atividades a ser prestada, onde pelo seu modo de execução fica caracterizado a subordinação do profissional prestador de serviços ao contratado (TCU – Acórdão 1815/2003 – Item 9.3.1.1);
- l) Incorrer em outros impedimentos previstos em lei.

6.4 Os documentos de habilitação e proposta comercial deverão ser da mesma licitante executora dos serviços a serem contratados, sendo que não será aceita prestação de serviço de empresa que não tenha sido previamente habilitada neste certame, ficando, salvo expressa deliberação contrária do SEBRAE/RS, expressamente defeso qualquer subcontratação por parte da proponente contratada.

7. CREDENCIAMENTO

7.1 Como referido acima, somente poderão participar deste pregão eletrônico as licitantes devidamente credenciadas junto ao provedor do Sistema na página eletrônica www.licitacoes-e.com.br, nos termos da legislação pertinente.

7.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, obtidas junto ao Banco do Brasil onde também

deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para a sua correta utilização.

7.3 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema e ao SEBRAE/RS a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.4 A perda da senha ou quebra de sigilo deverão ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

7.5 O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica a presunção de sua capacidade técnica para realização de operações inerentes ao pregão eletrônico.

8. DA CONEXÃO COM O SISTEMA E DO ENVIO DAS PROPOSTAS

8.1 A participação neste pregão dar-se-á por meio de conexão do licitante ao sistema eletrônico www.licitacoes-e.com.br, mediante digitação de sua senha privativa e subseqüentemente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do referido sistema, conforme data e horários estabelecidos no item 4 deste Edital.

8.2 As propostas de preços deverão ser encaminhadas pelas licitantes, **exclusivamente, por meio do sistema eletrônico**, observando os prazos, condições e especificações estabelecidas neste Edital.

8.3 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros seus lances, sua proposta e declarações.

8.4 Como requisitos para a participação no pregão eletrônico, a licitante deverá manifestar sob as penas da lei, em campo próprio e específico do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

8.5 Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou por sua desconexão.

8.6 No caso de desconexão com a pregoeira no decorrer da etapa competitiva do pregão eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retomando a pregoeira quando possível sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.7 Quando a desconexão persistir por um tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes através de mensagem eletrônica, divulgando data e hora para reabertura da sessão.

8.8 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico as licitantes após o que transcorrerá período de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente, determinado pelo sistema eletrônico (tempo randômico), findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, a pregoeira poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

8.9 Será conferido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte o benefício do empate ficto, de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 123/06.

8.10 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação.

9. DOS PROCEDIMENTOS

9.1 Os licitantes interessados e previamente credenciados junto ao provedor do sistema acessarão o sistema, mediante a utilização de chaves de identidade e de senhas individuais fornecidas pelo provedor quando do credenciamento.

9.2 O valor da proposta de preço deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando os prazos, condições e especificações estabelecidas neste Edital.

9.3 A pregoeira analisará as propostas de preços encaminhadas, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estiverem em consonância com o estabelecido no Edital, cabendo à pregoeira registrar e disponibilizar a decisão no sistema eletrônico, antes do início da fase de lances.

9.4 Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

9.5 Iniciada a fase de lances, os autores das propostas classificadas poderão oferecer lances sem restrições de quantidade ou de qualquer ordem classificatória ou cronológica específica, mas sempre inferior ao último lance ofertado.

9.6 Todos os lances oferecidos serão registrados pelo sistema eletrônico, que estará sempre indicando o lance de menor valor para acompanhamento em tempo real pelos licitantes.

9.7 Na hipótese de haver lances iguais prevalecerá como de menor valor, o lance que tiver sido primeiramente registrado.

9.8 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

9.9 Durante a fase de lances, a pregoeira poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja acima do valor limite previsto no Edital, simbólico, irrisório ou de valor zero.

9.10 Por iniciativa da pregoeira, o sistema eletrônico emitirá aviso de que terá início prazo aleatório de até 30 (trinta) minutos para o encerramento da fase de lances, findo o qual estará automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.11 Encerrada a etapa de lances, será concedido, se for o caso, benefício do empate ficto às microempresas e empresas de pequeno porte, de que trata o art. 44 da LC n.º 123/2006, nesta situação a ME ou EPP melhor classificada (no intervalo de até 5% por cento do menor preço) poderá, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que atendidas às exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste pregão.

9.12 Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificadas, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na condição prevista no *caput* do art. 44 da LC n.º 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

9.13 O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da LC 123/2006.

9.14 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 9.11, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente à vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate, se for o caso.

9.15 Não havendo adjudicação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da licitante detentora de melhor lance.

9.16 Poderão ser desclassificadas as licitantes que não atenderem no todo ou em parte às condições aqui estabelecidas ou, ainda, apresentem quaisquer tipos de vícios, erros de conteúdo ou forma, ou seja, omissas, vagas ou que contemplam vantagens não previstas no Edital ou ainda, deixarem de apresentar qualquer documento previsto no item 12 deste Edital.

9.17 Sendo a licitante desclassificada/inabilitada caberá a pregoeira convocar o autor do segundo menor lance e, observada a ordem de crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo Edital.

9.18 A pregoeira anunciará a licitante detentora da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pela pregoeira acerca da aceitação do lance de menor valor.

9.19 Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, a pregoeira examinará a proposta e o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

9.20 A pregoeira poderá negociar com a licitante para que seja obtido melhor preço.

9.21 Após a etapa de lances, **a licitante classificada em 1º (primeiro) lugar** deverá apresentar impreterivelmente em até 2 (duas) horas pelo Fax: (51) 3216-5133 ou pelo e-mail vanessam@sebrae-rs.com.br, e pelo sistema eletrônico “Documentos”, os Documentos de Habilitação e a Proposta de Preço atualizada com o novo valor ofertado final na fase de lance.

9.21.1 A proposta comercial, nesse momento, deverá conter:

9.21.1.1 O valor unitário final da hora técnica e o valor total para as 800 (oitocentas) horas estimadas, preenchimento conforme a **PROPOSTA COMERCIAL – ANEXO III**.

9.21.1.2 Obrigatoriamente: nome do banco, agência e conta corrente da licitante.

9.21.1.3 Preferencialmente: timbre da empresa, CNPJ, dados cadastrais e assinatura do responsável da empresa e telefone de pessoa para contato.

9.22 O licitante deverá entregar **em até 02 (dois) dias úteis**, as originais dos documentos de habilitação ou fotocópia autenticada por tabelião, juntamente com a proposta de preço atualizada com o novo valor ofertado final na fase de lance no endereço descrito no preâmbulo desse Edital.

9.23 A licitante que abandona o certame, deixando de enviar a documentação exigida, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

9.24 Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

9.25 Declarado o licitante vencedor a pregoeira consignará esta decisão e os eventos ocorridos em ata própria, que será disponibilizada pelo sistema eletrônico, encaminhando-se o processo à autoridade competente para adjudicação e homologação.

9.26 O sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br. Os autos do processo, quando do efetivo encerramento do certame, permanecerão com vista franqueada aos eventuais interessados.

10. DA PROPOSTA COMERCIAL

10.1 A licitante deverá encaminhar proposta comercial, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário para a abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

10.1.1 A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o **valor total do serviço (horas de consultoria - 800 horas)** em moeda nacional, constando apenas duas casas decimais após a vírgula, **observando o limite máximo de R\$ 40,00 por hora técnica**, já considerados e inclusos todos os Tributos e demais custos decorrentes da execução do objeto.

10.1.2 A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital, **conforme item 8.4 deste edital**.

10.1.3 A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte que atende os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006 deverá informar essa condição em campo próprio do sistema eletrônico, para fazer jus aos benefícios previstos nesta Lei.

10.2 As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

10.3 Qualquer elemento que possa identificar a licitante em sua proposta, nesse momento, importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.4 As propostas apresentadas terão validade de 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura do certame, estabelecida neste Edital.

10.5 O valor proposto não sofrerá reajuste no prazo a ser contratado.

10.6 Até a abertura da sessão a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

10.7 A elaboração da proposta é de inteira responsabilidade da Licitante, não lhe cabendo desistência após início do processo de abertura.

10.8 Somente será aceita uma proposta, não podendo a empresa ofertar opções comerciais, além de que não serão consideradas ofertas ou vantagens não previstas neste instrumento convocatório.

10.9 A proponente não terá direito a qualquer reembolso, posto que, além do valor ofertado nenhuma outra remuneração será devida ao proponente, sob qualquer hipótese de responsabilidade solidária, ou pelo pagamento de qualquer despesa, direta ou indiretamente, relacionadas com o fornecimento ou a prestação dos serviços.

10.10 As propostas deverão ser apresentadas com preços em moeda corrente nacional e irrevogável, devendo compreender todas as despesas e custos necessários para a execução do objeto licitado.

10.10.1 As despesas com viagens serão suportadas pelas partes conforme dispostos nos itens 3.3 e 3.4 do Anexo II (Termo de Referência) deste Edital.

10.11 No caso de divergência entre valores expressos em algarismos e valores apresentados por extenso, ou quando notadamente ocorrerem enganos quando da transcrição de valores para planilhas anexadas ou ocorrerem equívocos quanto aos cálculos apresentados, prevalecerá sempre o valor por extenso.

10.12 Os fornecedores de outros Estados, ao elaborarem seus preços, seja na proposta escrita ou nos lances, deverão considerar que as Notas Fiscais emitidas deverão prever a compensação da diferença de alíquota de impostos, no sentido de isentar o SEBRAE/RS deste ônus e manter diferença do preço vencedor em relação às empresas concorrentes.

11. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL

11.1 O Julgamento da Proposta de Preço obedecerá ao critério de **MENOR PREÇO DO LOTE 01 (valor total do serviço = (valor hora x 800 horas)**, conforme **TABELA DE PROPOSTA COMERCIAL – ANEXO III** e não poderá ser inferior ou igual a zero, permitindo a cotação de até, no máximo, 02 (duas) casas após a vírgula.

11.2 Poderão ser desclassificadas as licitantes que não atenderem no todo ou em parte às condições aqui estabelecidas ou, ainda, apresentem quaisquer tipos de vícios, erros de conteúdo ou forma, ou seja, omissas, vagas ou que contemplam vantagens não previstas no Edital ou ainda, deixarem de apresentar qualquer documento previsto.

11.3 Para fins de julgamento serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços excessivos ou inexeqüíveis, aplicando o seguinte critério de aceitabilidade de preços:

- a) **inexeqüíveis**, sejam inferiores aos custos obrigatórios estabelecidos na legislação vigente, acrescidos dos encargos legais, quando o licitante será convocado para demonstrar a exeqüibilidade do preço ofertado em um prazo de 24 horas, e se não comprovado será desclassificado;
- b) **preços manifestamente excessivos**, quando o preço para a prestação dos serviços ultrapassarem o valor estimado constante no Edital – item 10.1.1.

12. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

12.1 A habilitação do licitante será aferida por intermédio de documentos relativos à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação técnica e à qualificação econômica e financeira.

12.2 A licitante detentora da melhor proposta deverá encaminhar todos os documentos de habilitação estabelecidos neste item. Após, **declarado vencedor**, o licitante deverá encaminhar no prazo estabelecido no item 9.22 do edital, as originais dos documentos de habilitação ou fotocópia autenticada por tabelião, para:

SEBRAE/RS – PREGÃO 029/2012

Gerência de Administração, Logística e Suprimentos

Rua Sete de Setembro, 555 – Bairro: Centro

Porto Alegre/RS

CEP: 90010-190 – Aos cuidados de Vanessa da Costa Marques

12.2.1 DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

12.2.1.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;

12.2.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de associação ou sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores;

12.2.1.2.1 O contrato social a ser apresentado deverá ser compatível com o objeto da licitação. A Licitante poderá anexar alteração de contrato social, desde que seja necessária para comprovação da pertinência do objeto social.

12.2.1.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

12.2.1.4 Em função do disposto no art. 977 do Código Civil Brasileiro, as sociedades que possuam sócios que sejam casados deverão apresentar cópia da certidão de casamento;

12.2.1.5 Apresentação dos documentos de Carteira de Identidade e CPF dos representantes legais.

12.2.2 DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

12.2.2.1 Atestado de Capacidade Técnica: de 01 (um) ou mais clientes, fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou ainda de Agricultor Familiar, que tenha registro de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), física ou jurídica, que comprove a execução pela empresa participante, pelos seus funcionários ou pelos seus sócios, de serviços de assistência técnica a agricultores familiares e/ou micro e pequenas empresas do mercado turístico.

12.2.2.2 Declaração de que está ciente de que deverá apresentar o profissional qualificado que realizará o serviço objeto desta licitação e que o mesmo deverá estar disponível para possíveis viagens solicitadas pelo SEBRAE/RS.

12.2.2.3 Apresentar currículo(s) do(s) prestador (es) de serviços, que possua vínculo empregatício ou de sociedade com a licitante, comprovando a escolaridade do mesmo (no mínimo, ensino médio), bem como a experiência de, no mínimo, 1 (um) ano na prestação de assessoria a empreendimentos da agricultura familiar e/ou no mercado turístico.

- Conhecimento desejável em agricultura familiar;
- Conhecimento desejável em mercado turístico;
- Disponibilidade de viagens.

Observar item 12.5 do edital.

12.2.2.4 Declaração que não emprega menor de idade e que possui o pleno conhecimento e atendimento às exigências do presente Edital e seus Anexos – anexo V.

12.2.2.5 Declaração de que atende a Legislação Ambiental, conforme modelo do Anexo VII do Edital.

12.2.3 DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

12.2.3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica do licitante, emitida até 30 (trinta) dias antes da data da abertura desta licitação.

12.2.4 DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL:

12.2.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

12.2.4.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.2.4.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, do domicílio ou sede da Licitante;

12.2.4.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

12.2.4.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede da licitante;

12.2.4.6 Prova de Regularidade junto à Seguridade Social (INSS), com as obrigações relativas às contribuições e encargos sociais instituídos por lei;

12.2.4.7 Certificado de Regularidade da Situação – CRS, emitido pela Caixa Econômica Federal, que comprove a situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

12.2.4.8 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho, com data não superior a 180 dias do certame, conforme Lei 12.440/2011.

12.3 O SEBRAE/RS reserva-se ao direito de conferir as informações de que trata o atestado e a declaração referidos nos subitens 12.2.2.1 e 12.2.2.3, não se isentando o licitante da responsabilidade pela fidelidade das informações neles contidas.

12.4 O atestado mencionado no subitem 12.2.2.1 deverá conter elementos suficientes que permitam a análise por parte do setor técnico do SEBRAE/RS e da Comissão de Licitação.

12.5 A licitante deverá comprovar vínculo de sociedade ou o vínculo empregatício com o profissional que executará as atividades, o que poderá ser feito até a assinatura do contrato.

12.6 O(s) prestador(es) de serviços responsável (eis) pela execução do objeto desta licitação, indicado pela licitante vencedora, deverá (ão) ter disponibilidade para viagens sempre que solicitado pelo **SEBRAE/RS** e deverá (ao) atender a todos os prazos impostos pelo **SEBRAE/RS** para cumprimento das atividades objeto do certame.

12.7 Os documentos emitidos pela internet, não necessitam ser autenticados, sendo sua validade verificada pela Comissão de Licitações quando da análise da documentação.

12.8 Todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome da licitante com o nº do CNPJ e endereço respectivo, exceto aqueles centralizados pelos órgãos emissores:

a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e os Atestados de Capacidade Técnica que podem ser apresentados em nome e CNPJ da matriz e/ou em nome e CNPJ da filial.

12.9 Os documentos e/ou certidões, quando sujeitas ao prazo de validade, só serão aceitos quando ainda não expirado o respectivo prazo.

12.10 Os documentos apresentados para “habilitação” ficarão anexados ao processo, sendo vedada a possibilidade posterior de retirada ou substituição.

12.11 O licitante, ao participar do certame, afirma cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1983, responsabilizando-se pela veracidade desta informação.

12.12 A apresentação da proposta por parte do licitante significa o pleno conhecimento e sua integral concordância com as cláusulas deste edital.

12.13 As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

12.14 Todos os documentos deverão estar dentro do prazo de validade, exceto aqueles que não estão sujeitos a vencimento.

12.15 Todas as Declarações Anexas a este Edital deverão ser preenchidas pela licitante vencedora e encaminhadas ao SEBRAE/RS na forma e prazo previsto neste Edital para encaminhamento dos documentos de habilitação.

12.16 INABILITAÇÃO: A não apresentação de qualquer documento relacionado nos itens anteriores ou a sua apresentação em desacordo com a forma, prazo de validade e quantidade estipulada neste Edital, ou a falta de veracidade das informações implicará na automática inabilitação da Licitante.

13. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

13.1 Será julgado habilitado o licitante que apresentar todos os documentos exigidos, validamente e em conformidade com este Edital.

13.2 Será julgado inabilitado:

- a) O licitante que não atender às exigências deste Edital, notadamente quanto a não apresentação ou apresentação irregular de qualquer documento solicitado;
- b) O licitante que não atenda as condições de participação referidas neste Edital.

13.3 As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

13.4 Constatando o atendimento as exigências previstas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pela Autoridade Competente do SEBRAE/RS.

13.5 Se a licitante classificada em primeiro lugar desatender às exigências habilitatórias, a pregoeira examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta habilitada que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

13.6 No caso de microempresas e empresas de pequeno porte, havendo alguma restrição da regularidade fiscal, portanto que seja apresentado todos os documentos solicitados na habilitação, será disponibilizado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Autoridade Competente do SEBRAE/RS, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa, atendendo o que determina o artigo 43 da Lei Complementar nº 123/06.

13.6.1 A não-regularização da documentação no prazo previsto no item 13.6, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Legislação pertinente, sendo facultado à instituição convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar/cancelar a licitação.

13.7 Todos os documentos deverão estar dentro do prazo de validade, exceto aqueles que não estão sujeitos a vencimento.

13.8 Os documentos emitidos através da INTERNET terão sua autenticidade verificada pelo SEBRAE/RS.

14. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

14.1 Qualquer pedido de esclarecimento sobre o presente pregão eletrônico deverá ser obrigatoriamente encaminhado por escrito, de forma eletrônica para o e-mail vanessam@sebrae-rs.com.br ou no endereço indicado no preâmbulo do edital no prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores a data fixada para a abertura da sessão pública. A confirmação do recebimento do pedido é de exclusiva responsabilidade da proponente.

14.2 Pedidos de esclarecimento fora do prazo não serão considerados.

14.3 Todas as respostas de questionamentos, alteração e comunicação serão tempestivamente divulgadas pela internet, no site do SEBRAE/RS e no endereço <http://www.licitacoes-e.com.br>.

14.4 Os licitantes devem acessar diariamente os sites citados no item 14.3 para conferência das respostas dos esclarecimentos, resultados de impugnações, recursos e demais informações adicionais e/ou alterações que possam vir a ocorrer. Não será respondido nenhum questionamento em caráter informal.

15. DA IMPUGNAÇÃO E RECURSO ADMINISTRATIVO

15.1 Poderá qualquer pessoa, física ou jurídica, impugnar o presente Edital, de forma fundamentada, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis anteriores a data de abertura do certame, na forma eletrônica para o e-mail vanesam@sebrae-rs.com.br.

15.1.1 A impugnação deverá conter os seguintes dados do interessado ou de quem o represente: nome e endereço completos, telefone, data e assinatura do interessado ou do seu representante, formulação do pedido, com exposição dos fatos e seus fundamentos.

15.2 As respostas às impugnações serão divulgadas na internet, no site de licitações <http://www.licitacoes-e.com.br>, cabendo a pregoeira responder as impugnações em até 24 horas do seu recebimento.

15.3 A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do procedimento licitatório até o trânsito em julgado da decisão dela pertinente. Não serão aceitos impugnações e recursos fora dos prazos.

15.4 Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15.5 No final da sessão do pregão eletrônico, declarada a vencedora, as concorrentes, se for o caso, manifestarão por meio eletrônico no sítio <http://www.licitacoes-e.com.br>, durante o período de 10 (dez) minutos, sua intenção de interpor eventual recurso, com a síntese das suas razões.

15.5.1 A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a pregoeira a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

15.5.2 A pregoeira examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

15.6 As licitantes que tiverem a sua intenção de recorrer aceita, deverão, obrigatoriamente, protocolizar, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da manifestação de intenção de recorrer, as suas razões recursais de forma completa, no endereço previsto no item seguinte. Todas as licitantes, desde a manifestação da intenção durante a sessão, ficarão intimadas para apresentar suas contrarrazões, em igual prazo 3 (três) dias úteis, contados do término daquele concedido à recorrente, devendo as contrarrazões ser protocolizada da mesma forma que as razões do recurso, no endereço constante no item abaixo.

15.7 As razões dos recursos administrativos deverão ser encaminhada, por escrito e protocolizado na Gerência de Administração, Logística e Suprimentos deste SEBRAE/RS aos cuidados de Vanessa da Costa Marques, na Rua Sete de Setembro, 555, Bairro Centro, Porto Alegre/RS, no horário das 09h às 18h, de segunda a sexta feira, além de encaminhadas por meio eletrônico no item "Documentos" no sítio <http://www.licitacoes-e.com.br>. Não serão aceitas manifestações informais, incluindo mensagens via e-mails.

15.8 Os recursos e impugnações serão julgados pela Comissão de Licitação e posteriormente enviados à Autoridade superior, que decidirá sobre a ratificação do feito. Em havendo controvérsia de matéria essencialmente jurídica, a Autoridade superior poderá requerer parecer técnico da Assessoria Jurídica do SEBRAE/RS, que, no caso concreto servirá de subsídio para a decisão posteriormente exarada pela comissão. A divulgação dos julgamentos dar-se-á pela internet no sítio eletrônico do SEBRAE/RS e também no site <http://www.licitacoes-e.com.br>.

15.9 A falta de manifestação imediata do licitante na sessão pública no tocante à interposição eletrônica de sua intenção de recorrer, importará em decadência do direito da posterior protocolização da peça recursal de que trata o item 15.5, resultado assim na conseqüente adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

15.10 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.11 Os autos do processo, após o seu efetivo encerramento, permanecerão com vista franqueada aos eventuais interessados.

15.12 Todas as respostas de questionamentos, impugnações, recursos, alterações e comunicações serão divulgadas no site do SEBRAE/RS e no site <http://www.licitacoes-e.com.br>. As licitantes deverão acessar diariamente o aludido sítio, para conferência dos julgamentos de impugnações e recursos, verificação das respostas dos questionamentos, informações adicionais, comunicações e alterações que vierem a ocorrer no certame. Não será respondida nenhuma indagação em caráter informal.

16. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

16.1 Após conclusão das fases licitatórias, exame do processo, saneamento das diligências e término dos prazos recursais, se nenhuma irregularidade for verificada, o julgamento do certame será submetido à decisão da Autoridade superior do SEBRAE/RS, que encaminhará a adjudicação do objeto licitado à empresa proponente vencedora da licitação. Será encaminhada a aprovação, homologação e adjudicação a empresa que atender todas as condições estabelecidas neste Edital. Tais atos administrativos decisórios dar-se-ão junto à Autoridade competente e corpo diretivo do SEBRAE/RS em três instâncias de jurisdição administrativa.

16.2 O SEBRAE/RS poderá anular, cancelar ou revogar a presente licitação, antes da assinatura do contrato, sem que em decorrência desta medida tenha os participantes o direito à indenização, compensação ou reclamação de qualquer natureza.

16.3 A proponente em que seu objeto contratual ofertado estiver em momento de adjudicação encontrar-se-á já tutelada pelas regras dispostas neste edital, podendo, em havendo interesse do SEBRAE/RS, efetuar as providências preliminares atinentes ao início dos trabalhos que na seqüência estarão sob o abrigo definitivo do respectivo instrumento contratual.

17. DA VIGÊNCIA, DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONTRATO

17.1 Este Edital, seus anexos e as propostas da licitante vencedora fazem parte integrante do contrato, independente de transcrição.

17.2 A adjudicatária será convocada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da sua convocação.

17.3 É facultado ao SEBRAE/RS, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, caso haja recusa do licitante vencedor em atender à convocação no prazo mencionado no item 17.2, deste Edital.

17.4 A vigência do contrato será de 10 (dez) meses, podendo ser prorrogado, na forma e nos limites dispostos na Lei 8.666/93, por meio de termo aditivo. Havendo prorrogação, os valores contratuais poderão vir a ser reajustado, consoante entendimento do SEBRAE/RS, com base na variação acumulada do IPCA contada a partir da data do início do contrato.

17.5 A contratada, conforme Art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, obriga-se a aceitar, nas mesmas condições e dentro do prazo contratual estabelecido, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), nos serviços contratados, solicitados pela contratante, de acordo com a conveniência e oportunidade do SEBRAE/RS.

17.6 As disposições contratuais, incluídos os prazos, forma, obrigações e condições da execução da prestação de serviços objeto deste certame, bem como responsabilidades serão aquelas estabelecidas nos **ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO**, cujo conteúdo é parte integrante deste Edital, para todos os efeitos.

17.7 O inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais assumidas, resguardada a prévia defesa, dará ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente o contrato, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93, ficando a empresa contratada sujeita às penalidades previstas neste instrumento.

17.7.1 Constituem motivos para rescisão unilateral do contrato por parte do **CONTRATANTE**, os citados no artigo 78 da Lei 8.666/93, entre os seguintes:

- a) O não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos estipulados pelo **CONTRATANTE**;
- b) O atraso injustificado no início do serviço;
- c) A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
- d) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial sem prévia anuência do **CONTRATANTE**;
- e) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- f) O cometimento reiterado de faltas na sua execução dos serviços;
- g) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- h) A dissolução da sociedade;

- i) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, bem como a sua associação com outrem, fusão, cisão ou incorporação, que prejudique ou inviabilize a execução do contrato;
- j) Razões de interesse administrativo do **CONTRATANTE**, desde que fundamentadas;
- k) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

17.7.2 A rescisão do contrato poderá ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, com anuência expressa e por escrito do representante legal do **CONTRATANTE**, desde que haja conveniência ao **CONTRATANTE**.

17.7.3 A rescisão do contrato poderá dar-se, ainda, judicialmente, nos termos da legislação em vigor.

17.7.4 Decorridos 30 (trinta) dias de atraso na execução dos serviços, sem que tenham sido apresentadas justificativas plausíveis, estará caracterizado o descumprimento total das obrigações assumidas, caso em que o **CONTRATANTE** poderá optar pela rescisão do contrato.

17.7.5 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo de contratação, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.7.6 Sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento, na hipótese de rescisão administrativa do presente contrato, o **CONTRATANTE** reserva-se o direito de reter os créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos sofridos.

17.7.7 As multas e outras penalidades aplicáveis só poderão ser relevadas nos casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, mediante decisão fundamentada.

17.8 Fica facultado ao SEBRAE/RS, o direito de denunciar o contrato, motivadamente, mediante aviso por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, salvaguardados os compromissos assumidos até a data da denúncia.

18. DO PAGAMENTO

18.1 O pagamento dos serviços efetivamente realizados será efetivado conforme a execução da prestação dos serviços, de acordo com as horas técnicas executadas, em até 20 (vinte) dias úteis após a apresentação de relatório mensal referente às atividades realizadas no mês anterior acompanhado da nota fiscal de prestação dos serviços descritos nos mesmos.

18.1.1 O relatório mensal deverá conter obrigatoriamente a descrição dos serviços realizados, com informação de período e local de realização dos serviços, listagem dos empreendimentos atendidos e benefícios alcançados, número de horas de trabalho no mês, valor total das horas executadas no mês de acordo com o valor hora estabelecido neste contrato, data de emissão da nota, informação acerca das retenções tributárias, se for o caso, banco, número da agência e conta-corrente para depósito do pagamento, bem como,

o número do contrato firmado com o SEBRAE/RS. Esse relatório para efeito de pagamento deve estar assinado pelo gestor do SEBRAE/RS.

18.2 A regularidade fiscal junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal, Distrital, Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como a apresentação de todos os comprovantes pela CONTRATADA é condição indispensável para liberação de cada pagamento e ainda apresentação de quitação de todos os encargos fiscais e trabalhistas.

18.3 Os pagamentos também ficam condicionados a apresentação pela licitante vencedora, juntamente com o relatório de que trata o subitem 18.1.1, de prestação de contas das viagens realizadas no mês anterior a apresentação do relatório, se houver com a apresentação da documentação exigida previamente pelo SEBRAE/RS.

18.4 O **SEBRAE/RS** poderá deduzir, da importância a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações ou outros valores devidos pela **CONTRATADA** nos termos do contrato anexo a esse Edital.

18.5 Nenhum pagamento será efetuado na pendência da entrega de documentos essenciais à liquidação e pagamento e na pendência de atestação de conformidade do serviço executado, emitido por meio do “De acordo” do(a) gestor(a) do **SEBRAE/RS** neste contrato, nos relatórios de horas trabalhadas mensal, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária.

18.6 Os pagamentos serão creditados em nome da contratada, mediante depósito em conta corrente por ela indicada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Edital e no contrato de prestação de serviços.

18.7 Os pagamentos sofrerão as retenções de tributos, se for o caso, conforme legislação vigente.

18.8 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal, serão os mesmos restituídos à Contratada para as correções necessárias, não respondendo ao SEBRAE/RS por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 A recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, ficando a empresa sujeita à multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do processo.

19.2 No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o SEBRAE/RS, as sanções administrativas aplicadas serão:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com o Sistema SEBRAE, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

19.2.1 As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o Sistema SEBRAE, pelo prazo de até 02 (dois) anos poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** juntamente com a de multa.

19.2.2 A penalidade de advertência poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou na licitação, ou atraso na execução das obrigações, desde que não acarretem prejuízos para o CONTRATANTE e desde que não seja caso de aplicação de outra penalidade mais grave;
- b) Execução insatisfatória ou inexecução dos serviços, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária;
- c) Pequenas ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE.

19.2.3 Pela inexecução total dos serviços será aplicada a multa de 10% (dez) e pela inexecução parcial será de 5% (cinco por cento), calculadas sobre o valor total do contrato.

- a) As multas a que se refere esse contrato não impedem que o **CONTRATANTE** rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas neste instrumento, facultada a defesa prévia da **CONTRATADA**, no respectivo processo;
- b) As multas aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**;
- c) Inexistindo pagamento devido pelo **CONTRATANTE**, ou sendo este insuficiente, caberá à **CONTRATADA** efetuar o pagamento do que for devido, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da data da comunicação de confirmação da multa.
- d) Não se realizando o pagamento nos termos definidos neste item, far-se-á sua cobrança judicialmente.

19.3 Caso haja a desistência (total) da contratada na execução do serviço será cobrada uma multa indenizatória de 10% (dez) por cento sobre o valor do contrato/Ordem de Compra. A contratada estará notificada para fins de apresentação de justificativas, as quais deverão ser apresentadas dentro do prazo limite de 24 (vinte quatro) horas.

19.4 As multas e outras penalidades aplicáveis só poderão ser relevadas nos casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado, mediante decisão fundamentada.

20. DAS ALTERAÇÕES SOCIETÁRIAS

20.1 Em havendo cisão, incorporação ou fusão da futura licitante contratada, a aceitação de qualquer uma destas operações, como pressuposto para a continuidade da avença, ficará condicionada à análise, pelo SEBRAE/RS, do procedimento realizado e da documentação da nova empresa, considerando todas as normas e regramentos estabelecidos neste instrumento convocatório como parâmetros de aceitação. Nesta hipótese, a empresa resultante de qualquer das operações comerciais descritas ficará obrigada a apresentar, imediatamente, a documentação comprobatória de sua situação societária.

21. DAS OBRIGAÇÕES COMERCIAIS, FISCAIS E SOCIAIS

21.1 A proponente uma vez contratada, sem prejuízo do cumprimento integral das demais obrigações legais discriminadas neste Edital, deverá assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o SEBRAE/RS.

21.2 A empresa contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da prestação dos serviços ou em conexão com ela, ainda que acontecido nas dependências do SEBRAE/RS.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 A participação na presente licitação demonstra que a licitante examinou cuidadosamente o edital e seus anexos, e se inteirou de todos os seus detalhes e com eles concordou, bem como todas as dúvidas e/ou questionamentos formulados foram devidamente esclarecidos.

22.2 As normas e regramentos que disciplinam a presente licitação serão sempre interpretados em favor da ampliação da disputa entre as proponentes interessadas, desde que não comprometam o objetivo da legislação aplicável, o interesse do SEBRAE/RS e a segurança processual e jurídica da contratação.

22.3 É facultado a pregoeira, Equipe de Apoio, membro de comissão ou subcomissão estabelecida ou mesmo a Autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta.

22.4 Fica assegurado ao SEBRAE/RS, por razões de ordem técnica, financeira ou administrativa e sem que caiba aos licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização o direito de:

- a) Adiar a abertura das propostas da presente licitação, disponibilizando o conhecimento prévio aos interessados;
- b) Anular o presente pregão, a qualquer tempo, desde que seja constatada alguma ilegalidade ou irregularidade insanável no processo, que venha a afetar a lisura, o caráter competitivo, a eficácia processual ou a instrumentalidade do certame;
- c) Revogar o presente pregão por motivos de conveniência e oportunidade;
- d) Alterar as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a esta licitação, fixando novo prazo – se for o caso.

22.5 O SEBRAE/RS poderá conferir prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis para as licitantes, caso todas sejam desclassificadas ou inabilitadas (todas numa mesma fase), a fim de que as mesmas possam adequar propostas ou documentação, conforme o caso.

22.6 Os licitantes são responsáveis, em qualquer época, pela fidelidade e legitimidade das informações constantes dos documentos e propostas apresentadas, devendo manter durante todo

contrato as condições de habilitação exigidas. A apresentação da proposta implica total e irrestrita concordância com todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

22.7 A Comissão de Licitação poderá a seu critério, relevar omissões puramente formais nas propostas apresentadas pelos licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo desta licitação e possam ser sanadas em prazo fixo pela mesma, desde já entendido que serão vedadas as inclusões de documentos que deveriam constar no ato de abertura. A Comissão também poderá relevar atos administrativos meramente irregulares, desde que os mesmos não afetem a eficácia processual, os princípios norteadores da seara licitatória e não causem qualquer dano ou ofensa à instrumentalidade do certame.

22.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste instrumento convocatório e anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

22.9 Os arquivos e registros digitais constantes do sistema eletrônico “licitações-e”, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas, conforme estabelece o artigo 30, § 1º do Decreto 5.450/2005.

22.10 As respostas dos questionamentos, alterações e comunicações serão divulgadas diariamente no site do SEBRAE/RS e no site <http://www.licitacoes-e.com.br> a todos os interessados.

23. DOS CASOS OMISSOS

23.1 Todos os casos omissos serão julgados pela Comissão de Licitação e juntados aos autos, os quais, depois de consultadas doutrina, legislação e Unidade Jurídica (quando necessário), serão esclarecidas a todos os interessados, lavrado em documento e acostado ao processo licitatório, fazendo dele parte integrante.

24. DOS ANEXOS

24.1 Fazem parte integrante do presente edital, como **ANEXOS**:

24.1.1 ANEXO I – (“BRIEFING”) do Projeto Talentos do Brasil Rural Turismo e Agricultura Familiar a Caminho dos Mesmos Destinos.

24.1.2 ANEXO II - Termo de Referência.

24.1.3 ANEXO III – Modelo de Proposta Comercial.

24.1.4 ANEXO IV – Minuta de contrato.

24.1.5 ANEXO V – Declaração de menor de idade e pleno conhecimento e atendimento às exigências do presente Edital e seus Anexos.

24.1.6 ANEXO VI – Declaração do porte da empresa.

24.1.7 ANEXO VII – Declaração de que atende a Legislação Ambiental.

Porto Alegre, 17 de julho de 2012.

Vanessa da Costa Marques
Gerência de Administração, Logística e Suprimentos
SEBRAE/RS

Gestão empresarial

Estratégias de inovação

Acesso a mercados

Orientação ao crédito

ANEXO I
(“BRIEFING”) do Projeto Talentos do Brasil Rural
TALENTOS DO BRASIL RURAL

Turismo e agricultura familiar a caminho dos mesmos destinos
 Brasília, outubro de 2010

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Talentos do Brasil Rural, de abrangência nacional, busca inserir produtos e serviços da agricultura familiar no mercado turístico, agregando valor à oferta turística brasileira. O Projeto vem ao encontro das ações desenvolvidas pelo SEBRAE, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Turismo e Ministério do Meio Ambiente, no sentido de apoiar o fortalecimento da agricultura familiar, e dos Povos e Comunidades Tradicionais e o desenvolvimento do turismo rural, especialmente aquele empreendido por estes atores.

Tendo em vista o potencial da agricultura familiar na comercialização de produtos – agroindustriais artesanais - e de seus empreendimentos enquanto atrativo turístico, o Projeto representa uma iniciativa para alinhar essas duas vertentes e promover a inserção de produtos e serviços da agricultura familiar no mercado turístico. Os dois eixos do Talento do Brasil Rural, aqui chamados de produtos e serviços, estão diretamente relacionados. O produto da agricultura familiar, com a identificação de seu local de origem, apóia a divulgação do destino turístico, ao passo que a visita a propriedades rurais permite ao turista conhecer a produção associada ao turismo¹ desenvolvida em determinada região.

O projeto almeja o alcance de benefícios não somente para o seu público-alvo, os agricultores familiares, como também para equipamentos turísticos e, indiretamente, para os próprios turistas. Para os empreendimentos da agricultura familiar, fornecedores de produtos ou serviços, permitirá a agregação de valor, o que pode ocasionar um aumento de renda aos agricultores familiares, por representar um novo mercado para disputar e ofertar seus produtos. O desenvolvimento de ações de qualificação e promoção da produção familiar associada ao turismo consiste numa estratégia de inclusão social, geração de emprego e renda e ampliação de mercado de trabalho.

No que tange aos equipamentos turísticos – hotéis, restaurantes, lojas de artesanato que passarão a adquirir produtos da agricultura familiar para oferecer aos turistas - o projeto traz melhores condições de preço e de qualidade a eles, já que a compra é realizada diretamente do produtor, sem atravessadores. Além disso, a oferta de produtos da agricultura familiar, com princípios atrelados à sustentabilidade, permitirá a estes equipamentos transmitir uma imagem de responsabilidade sócio-ambiental, que poderá ser aproveitada em ações de marketing por eles realizadas.

Os turistas também conquistarão benefícios, dentre eles uma melhor qualidade nos produtos e serviços a eles oferecidos, na medida em que consumirão produtos da agricultura familiar, com traços da identidade regional, desenvolvidos com responsabilidade sócio-ambiental. Terão o consumo consciente dos insumos do campo e das práticas exitosas a partir da troca de experiências e vivências no meio rural.

Este Projeto terá a duração de 18 (dezoito) meses e abrangência nacional. O mercado alvo do projeto é o mercado turístico relacionado às 12 cidades-sede da Copa do Mundo de 2014: Belo

¹ Oferta Turística: Conjunto de atrativos turísticos, serviços e equipamentos e toda infra-estrutura de apoio ao turismo de um determinado destino turístico, utilizados em atividades designadas turísticas. (MTur, 2003)

Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Cabe dizer que os recortes dos territórios serão diferenciados, de acordo com a finalidade e o tipo de produto. Esclarecendo, como os principais compradores – hotéis, restaurantes, lojas - encontram-se no entorno das 12 cidades-sede, mas os principais fornecedores – agricultores familiares - não estão neste entorno, o Talentos do Brasil Rural trabalhará a oferta em territórios ampliados, e a demanda considerando apenas o entorno das 12 cidades-sede.

O projeto deseja que durante o evento, os turistas nacionais e internacionais sejam contemplados com um mercado turístico caracterizado por produtos da agricultura familiar, seja nas amenities distribuídas no hotel, em sua alimentação com produtos orgânicos, no artesanato presente em lojas de suvenires ou ainda no passeio a um destino rural.

Tem, assim, também, o anseio de se iniciar a preparação da Agricultura Familiar para o desafio de fornecer produtos para o consumo internacional, já que se os produtos estiverem inseridos em hotéis, restaurantes e lojas de artesanato, fatalmente serão consumidos por turistas estrangeiros. Mais que isso, temos o desafio de dar a contribuição da Agricultura Familiar para uma Copa sustentável em 2014.

Da mesma forma, no entorno dessas capitais, estarão ofertados empreendimentos de turismo rural que permitirão o conhecimento desta realidade do país.

2. PÚBLICO-ALVO

- Empreendimentos da agricultura familiar², que atuem na produção agropecuária, extrativismo, aqüicultura, artesanato e turismo.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

Inserir produtos e serviços da agricultura familiar no mercado turístico, agregando valor à oferta turística³ brasileira.

3.2. Objetivos específicos

- ✓ Conhecer a demanda do mercado turístico por produtos e serviços da agricultura familiar;
- ✓ Apoiar à organização produtiva dos empreendimentos da agricultura familiar;
- ✓ Qualificar e agregar valor aos serviços e produtos da agricultura familiar existentes, para distribuição e comercialização no mercado turístico;
- ✓ Apoiar a promoção e comercialização de produtos, serviços e destinos da agricultura familiar.

4. METAS E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

4.1 Monitoramento, acompanhamento e comunicação do Projeto Talentos do Brasil Rural.

4.1.1 Desenvolvimento e implementação de documentos e ferramentas de controle para execução do Projeto.

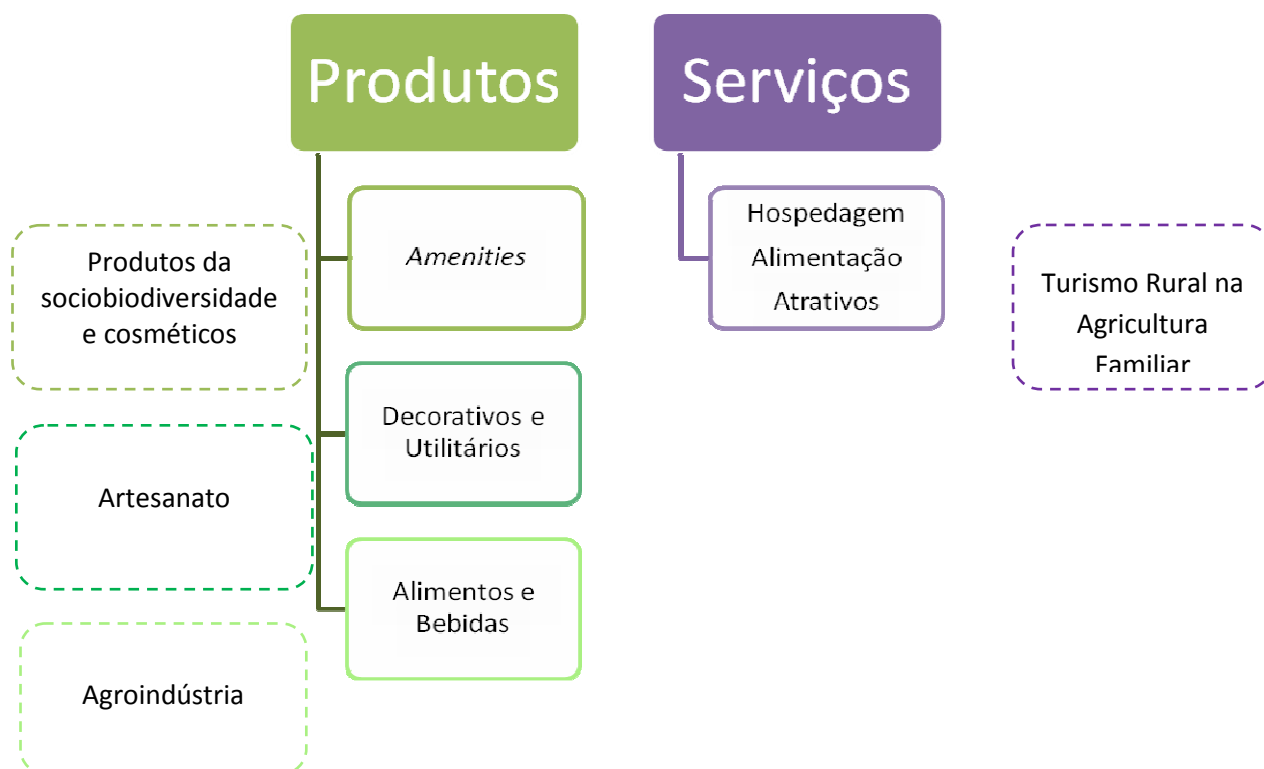
4.2 Pesquisa, estudo e conhecimento de mercado

² Neste caso, será considerado agricultor familiar ou empreendimento da agricultura familiar aquele que possuir declaração de aptidão ao PRONAF.

³ Oferta Turística: Conjunto de atrativos turísticos, serviços e equipamentos e toda infra-estrutura de apoio ao turismo de um determinado destino turístico, utilizados em atividades designadas turísticas. (MTur, 2003)

- 4.2.1 Realização de pesquisa e estudo de mercado para conhecer a demanda real e potencial para o desenvolvimento de produtos e de estratégias marketing e comercialização da agricultura familiar.
- 4.3 Seleção do público-alvo do Projeto e elaboração das estratégias de atuação
 - 4.3.1 Chamada Pública para seleção dos empreendimentos
 - 4.3.2 Realização de diagnóstico dos empreendimentos / produtos da agricultura familiar e das propriedades rurais turísticas.
 - 4.3.3 Elaboração de plano de marketing e comercialização para o Talento do Brasil Rural.
 - 4.3.4 Elaboração de plano de ação, por território, para o desenvolvimento da produção associada ao turismo na agricultura familiar.
- 4.4 Qualificação dos empreendimentos e propriedades da agricultura familiar
 - 4.4.1 Inovação e capacitação dos 72 empreendimentos para melhoria dos produtos - alimentos e bebidas - da agricultura familiar.
 - 4.4.2 Inovação e capacitação dos 24 roteiros turísticos da agricultura familiar para melhoria dos serviços dos empreendimentos da agricultura familiar.
 - 4.4.3 Qualificação e inovação do artesanato dos 24 empreendimentos da agricultura familiar.
 - 4.4.4 Qualificação e inovação da produção de amenities dos 5 empreendimentos de cosméticos da agricultura familiar.
- 4.5 Apoio a comercialização de produtos e serviços da agricultura familiar do Projeto Talentos do Brasil Rural
 - 4.5.1 Realização de prospecção de mercado para os empreendimentos / produtos da agricultura familiar, artesanato e propriedades rurais turísticas (serviços turísticos).
 - 4.5.2 Desenvolver a criação e a comunicação visual da marca Talentos do Brasil Rural
 - 4.5.3 Realização de encontros de negócios entre empreendimentos da agricultura familiar com o mercado turístico
 - 4.5.4 Realização de famtour do mercado turístico (equipamentos turísticos) aos empreendimentos / produtos da agricultura familiar, artesanato e propriedades rurais turísticas.
 - 4.5.5 Participação em feiras e eventos para divulgação e comercialização dos produtos e serviços da agricultura familiar integrantes do Projeto Talentos do Brasil Rural.
 - 4.5.6 Impressão de material gráfico para divulgação e apoio a comercialização do Talentos do Brasil Rural.

5. VERTENTES DO PROJETO TALENTOS DO BRASIL RURAL



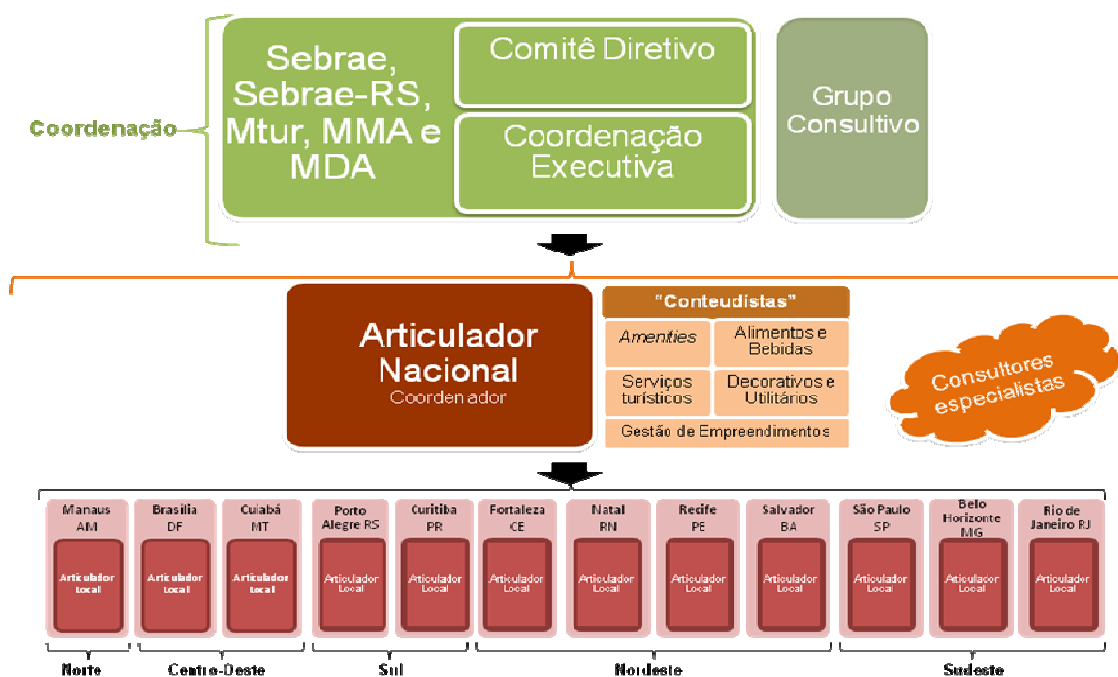
6. ESTRATÉGIAS DE GESTÃO

6.1. Coordenação – Formada pelo Comitê Diretivo, Grupo Consultivo e Coordenação Executiva

- 6.1.1 Comitê Diretivo: Responsável pelas decisões estratégicas, burocráticas e políticas acerca do projeto, em âmbito nacional. Orienta a gestão e a execução do projeto, além de facilitar o diálogo entre as instituições participantes é sua principal função. Componentes: Diretores do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Turismo, Ministério do Meio Ambiente, SEBRAE Nacional e SEBRAE RS.
- 6.1.2 Grupo Consultivo: Grupo formado por variadas instituições, responsável por orientar, em situações específicas, os executores do projeto quanto a melhor forma de sua implementação, bem como para facilitar a abertura do mercado turístico para os produtos e serviços da agricultura familiar. Nesta instância também se encontram os parceiros do projeto. Componentes: Associações, empresas, órgãos públicos e parceiros que, em sua atuação, tenham relação com o trabalho desempenhado pelo projeto.
- 6.1.3 Coordenação-Executiva: Responsável pela gestão, articulação, acompanhamento, monitoria e avaliação do projeto em âmbito nacional, de acordo com as definições do comitê diretivo e do grupo consultivo, orientando técnica e metodologicamente o processo de execução. Cabe à coordenação garantir o cumprimento da metodologia proposta, promover o sincronismo das ações em todo o País e o alinhamento entre todos os participantes. Seus componentes são representantes do corpo técnico do MDA, MTUR, MMA, SEBRAE Nacional, SEBRAE RS e GTZ.

6.2. Equipe Técnica – Formada pelo Articulador Nacional, Conteudistas e Articuladores Locais

- 6.2.1 Articulador Nacional: responsável pela gestão nacional do projeto; monitoria físico-financeira; monitoria do cronograma de atividades; organização de equipe de conteúdos específicos, de articuladores locais e de equipe de campo; interlocução com a coordenação do projeto.
- 6.2.2 Conteudistas: Em número de 5, são responsáveis por dar suporte ao articulador nacional, aos articuladores locais e à equipe técnica em geral no que se refere ao mercado de amenities; alimentos e bebidas; decorativos e utilitários; serviços turísticos; além de gestão de negócios em empreendimentos. Estes especialistas é que serão os responsáveis por elaborar os diagnósticos aplicados pelos articuladores locais e por treiná-los.
- 6.2.3 Articuladores locais: Em número de 12, são responsáveis por sensibilizar, mobilizar e articular os empreendimentos e parceiros em nível local; dar apoio local ao articulador nacional em todas as atividades realizadas dentro do seu território (agendar reuniões, convidar participantes para uma oficina, fazer contatos para determinado curso); “costurar” o território; aplicar o diagnóstico básico, a partir de questionários estruturados e treinamento para isso.



7. RESULTADOS ESPERADOS

- Produtos e serviços da agricultura familiar, inseridos no mercado turístico das principais cidades brasileiras;
- Ampliação dos canais de comercialização para os agricultores familiares;
- Geração de renda e trabalho para agricultores familiares;
- Fortalecimento da importância da organização em redes;
- Valorização dos produtos e serviços da Agricultura familiar;
- Diversificação, ampliação e melhoria da oferta de produtos associados ao turismo;
- Aumento da oferta de produtos turísticos e atrativos diferenciados com origem no campo;
- Promoção da agricultura familiar e do meio rural no mercado do turismo;

- Agregação de valor à imagem e ao posicionamento do destino/equipamento turístico, aumentando sua competitividade;
- Aumento do tempo de permanência e do gasto de turistas.

ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO CONTRATUAL

Contratação de empresa especializada em prestação de assistência técnica a organizações da agricultura familiar e/ou no mercado turístico, cumprindo no máximo 80 (oitenta) horas técnicas por mês, durante o período de 10 meses, visando sensibilizar, mobilizar e articular os empreendimentos e parceiros em nível local, dar apoio nas atividades do Projeto Talentos do Brasil Rural, com abrangência nacional, mas sendo executados prioritariamente dentro dos Estados do Mato Grosso, Rondônia e Acre, que tiverem produtos ou roteiros selecionados no projeto, cujo objeto está vinculado ao contrato de repasse nº **0308863-55 / 2009 / MDA / CAIXA**.

2. JUSTIFICATIVA

O Projeto Talentos do Brasil Rural, terá abrangência nacional, buscando inserir produtos e serviços da agricultura familiar no mercado turístico, agregando valor à oferta turística brasileira. O Projeto vem ao encontro das ações desenvolvidas pelos parceiros Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e pelo Ministério do Turismo no sentido de apoiar o desenvolvimento do turismo rural, especialmente aquele empreendido por agricultores familiares.

Tendo em vista o potencial da agricultura familiar na comercialização de produtos – agroindustriais, artesanais - e de seus empreendimentos enquanto atrativo turístico, o Projeto representa uma iniciativa para alinhar essas duas vertentes e promover a inserção de produtos e serviços da agricultura familiar no mercado turístico. No tocante aos produtos da agricultura familiar – cosméticos, *amenities*⁴, produtos alimentícios, artesanato - almeja-se que eles sejam inseridos em meios de hospedagem, restaurantes, bares, lojas de artesanato e souvenirs. No que diz respeito aos serviços, o intuito é preparar o empreendimento familiar para o recebimento de turistas dotando-o das condições necessárias para o desenvolvimento da atividade turística.

O projeto deseja que durante a Copa do Mundo de 2014, os turistas nacionais e internacionais sejam contemplados com um mercado turístico caracterizado por produtos da agricultura familiar, seja nas *amenities* distribuídas no hotel, em sua alimentação com produtos orgânicos, no artesanato presente em lojas de souvenirs ou ainda no passeio a um destino rural.

Tem, assim, também, o anseio de se iniciar a preparação da Agricultura Familiar para o desafio de fornecer produtos para o consumo internacional, já que se os produtos estiverem inseridos em hotéis, restaurantes e lojas de artesanato, certamente serão consumidos por turistas estrangeiros. Mais que isso, temos o desafio de dar a contribuição da Agricultura Familiar para uma Copa sustentável em 2014.

Da mesma forma, no entorno dessas capitais, empreendimentos de turismo rural permitirão ao turista conhecer a realidade do meio rural brasileiro. Estes empreendimentos serão apoiados por meio da promoção e comercialização de seus produtos, serviços e destinos da agricultura familiar, envolvendo a realização de encontros de negócios entre empreendimentos da agricultura familiar e o mercado turístico.

⁴ *Amenities* são produtos destinados ao consumo pessoal, geralmente miniatura ou amostras disponíveis em hotéis como cortesia ao hóspede: mini-sabonete, xampu, touca para banho, kit de barbear, kit para banho, etc.

Para implementar as ações do Projeto nas 12 capitais sede e entorno, o projeto precisa contratar articuladores locais.

3. DEFINIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS, ESPECIFICAÇÕES, ESPECIFICIDADES DO OBJETO CONTRATUAL E ESCOPO OPERACIONAL DO TRABALHO

Implementar as ações do Projeto Talentos do Brasil Rural, com abrangência nacional, mas sendo executados, prioritariamente dentro dos Estados de Rondônia, Acre e Mato Grosso, que tiverem produtos ou roteiros selecionados no projeto.

3.1 A Empresa deverá apresentar **um (01)** profissional que possua, no mínimo, nível médio. O profissional deverá ter experiência de, no mínimo, 01 (um) ano na prestação de assessoria a empreendimentos da agricultura familiar e/ou no mercado turístico.

- Conhecimento desejável em agricultura familiar;
- Conhecimento desejável em mercado turístico;
- Disponibilidade para viagens.

3.2 Fica estipulado como valor máximo para a execução dos serviços o montante de R\$ 32.000,00, distribuídos entre os serviços conforme tabela abaixo:

Discriminação	Quantidade estimada de horas mês	Valor máximo hora técnica	Total mês (considerando a realização do limite de horas mês)
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica para empreendimentos da agricultura familiar e/ou do mercado turístico, selecionados no Projeto Talentos do Brasil Rural, conforme demanda do SEBRAE/RS, visando sensibilizar, mobilizar e articular os empreendimentos e parceiros em nível local, sendo executados prioritariamente dentro dos Estados do Mato Grosso, Rondônia e Acre	80 horas/mês	R\$ 40,00	R\$ 3.200,00/mês (valor máximo a ser pago pela prestação de serviços mensalmente)
Valor Total	800 horas		R\$3.200,00/mês durante 10 meses perfazendo R\$ 32.000,00

A proposta deverá ser apresentada com preços em moeda corrente nacional e irrevogável, devendo compreender todas as despesas e custos necessários para a execução do objeto licitado.

3.3 Serão suportadas pelo SEBRAE/RS as seguintes despesas com deslocamento, não fazendo parte da hora técnica:

3.3.1 despesas de viagens, para participação em reuniões nacionais, eventos e treinamentos, considerando que:

- sejam solicitadas expressa e formalmente pelo SEBRAE/RS;
- os valores de passagens aéreas e diárias, para alimentação, hospedagem e transporte local, sejam determinados pelo SEBRAE/RS;
- a prestação de contas seja apresentada na forma exigida pelo SEBRAE/RS.

3.3.2 despesas com deslocamento para execução das atividades, objeto deste contrato, dentro do Estado do Mato Grosso, Rondônia e Acre, considerando que:

- os valores de diárias, para alimentação, hospedagem e transporte local, sejam determinados pelo SEBRAE/RS;
- a prestação de contas seja apresentada na forma exigida pelo SEBRAE/RS.

3.4 A empresa vencedora deve manter o profissional que executará a prestação de serviços objeto da licitação, sempre disponível no Estado do Mato Grosso, local principal de execução da prestação e serviços objeto deste contrato, sem custos adicionais para o SEBRAE/RS.

3.5 Eventuais despesas com deslocamento da cidade sede da empresa contratada para o local da prestação de serviços no Estado do Mato Grosso, fazem parte da hora técnica, sendo suportadas integralmente pela contratada.

4. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

4.1 A prestação de serviços terá duração total de até 800 (oitocentas) horas técnicas, devendo a pessoa do(s) prestador(es) dos serviços possuir total disponibilidade para viagens e disponibilidade de atender, no máximo, 80 (oitenta) horas técnicas por mês;

4.2 O prazo do Contrato será de 10 meses a partir da assinatura, podendo ser prorrogado mediante legislação vigente;

4.3 Os serviços prestados terão abrangência nacional, mas serão executados, prioritariamente dentro dos Estados de Rondônia, Acre e Mato Grosso, que tiverem produtos ou roteiros selecionados no projeto, salvo em situações demandadas pelo SEBRAE/RS, como participação em reuniões, eventos e treinamentos;

4.4 O pagamento dos serviços efetivamente realizados será efetivado conforme a execução da prestação dos serviços, de acordo com as horas técnicas executadas, em até 20 (vinte) dias úteis após a apresentação de relatório mensal, referente às atividades realizadas no mês anterior acompanhado da nota fiscal de prestação dos serviços descritos nos mesmos;

4.5 O relatório mensal deverá conter obrigatoriamente a descrição dos serviços realizados, com informação de período e local de realização dos serviços, listagem dos empreendimentos atendidos e benefícios alcançados, número de horas de trabalho no mês, valor total das horas

executadas no mês de acordo com o valor hora estabelecido neste contrato, data de emissão da nota, informação acerca das retenções tributárias, se for o caso, banco, número da agência e conta-corrente para depósito do pagamento, bem como, o número do contrato firmado com o SEBRAE/RS. Esse relatório para efeito de pagamento deve estar assinado pelo gestor do SEBRAE/RS.

Os pagamentos também ficam condicionados a apresentação pela licitante vencedora, juntamente com o relatório de que trata o item 4.5, de prestação de contas das viagens realizadas no mês anterior a apresentação do relatório, se houver, com a apresentação da documentação exigida previamente pelo SEBRAE/RS.

Nenhum pagamento será efetuado na pendência da entrega de documentos essenciais à liquidação e pagamento e na pendência de atestação de conformidade do serviço executado, emitido por meio do “De acordo” do(a) gestor(a) do **SEBRAE/RS** neste contrato, nos relatórios de horas trabalhadas mensal, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária;

4.6 A CONTRATADA deverá elaborar e entregar ao término do contrato, 01 (um) Relatório Final de Execução acompanhado de toda a documentação organizada, incluindo registros fotográficos, análise da execução do projeto com o uso de gráficos e demais materiais relacionados ao projeto;

4.7 A CONTRATADA deverá garantir que os serviços executados sejam realizados com qualidade e nos prazos solicitados pelo contratante;

5. RESPONSÁVEL PELA ACEITAÇÃO TÉCNICA/RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

Os relatórios e as notas fiscais emitidas deverão ser enviadas para o seguinte endereço: Rua Sete de Setembro, nº 555 – Centro, Porto Alegre/RS, para a Gerência Setorial do Comércio e Serviços, aos cuidados da Gestora de contrato Sra. Vânia Regina da Silva Fernandes.

6. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA (aspectos operacionais do serviço contratado)

6.1 Atividades:

- a) mobilizar os empreendimentos da agricultura familiar do seu território selecionados em chamada para todas as atividades do projeto;
- b) auxiliar os consultores contratados na realização dos diagnósticos e das capacitações para os empreendimentos que estiverem em seu território;
- c) acompanhar e orientar os empreendimentos no que se refere as ações previstas do projeto;
- d) fazer a ponte entre os empreendimentos selecionados em seu território e os clientes prospectados na pesquisa para a facilitação do fechamento de negócios;
- e) aplicar instrumentos de monitoria e avaliação junto aos empreendimentos da agricultura familiar e aos clientes do seu território;
- f) realizar reuniões e visitas com consultores contábeis e especialistas, parceiros clientes e empreendimentos para avaliação dos resultados;

- g) elaborar mensalmente relatório das atividades e resultados alcançados, sendo estes encaminhados junto com a nota fiscal para pagamento das horas técnicas;
- h) elaborar e entregar ao término do contrato, 01 (um) Relatório Final de Execução acompanhado de toda a documentação organizada, incluindo registros fotográficos, análise da execução do projeto com o uso de gráficos e demais materiais relacionados ao projeto.
- i) informar nas notas fiscais a conta-corrente da empresa (pessoa jurídica) para pagamento.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Como parte integrante da proposta a empresa deverá apresentar:

- a) Currículo do profissional que irá executar a atividade, objeto do contrato;
- b) Atestado de Capacidade Técnica, de 01 (um) ou mais clientes, fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou ainda de Agricultor Familiar, que tenha registro de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), física ou jurídica, que comprove a execução pela empresa participante, pelos seus funcionários ou pelos seus sócios, de serviços de assistência técnica a agricultores familiares e/ou micro e pequenas empresas do mercado turístico;
- c) Declaração de que possui pessoal qualificado, instalações e equipamentos necessários e disponíveis ao cumprimento do objeto desta licitação;
- d) Declaração de que está ciente de que deverá apresentar o profissional qualificado, que realizará o serviço objeto deste contrato.

8. TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Vânia Regina Silva Fernandes

9. GESTOR E/OU FISCALIZADOR E GERÊNCIA DEMANDANTE

Vânia Regina Silva Fernandes – Gerência Setorial Comércio e Serviços

10. CONSIDERAÇÕES GERAIS

10.1 Validade da proposta

A proposta deverá ter a validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da data da apresentação.

10.2 Critérios de avaliação

O critério de avaliação será o de “MENOR PREÇO DA HORA TÉCNICA”, desde que, atendidas todas as especificações contidas neste Termo de Referência.

10.3 Critério desclassificatório

Não atendimento de todos os itens contidos neste documento e ao preço máximo permitido no projeto.

**ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

Data: XXXX de XXXXXXXX de 2012
Ao SEBRAE/RS

XXXXXXXXXXXX (Nome da empresa), inscrita no CNPJ nº. XXXXXXXX, com sede na rua XXXXXXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXX, no Estado de XXXXXXXX, neste ato representada pelo Sr. XXXXXXXXXXXXXXX, em conformidade com o Edital de licitação, **PREGÃO ELETRÔNICO 029/2012**, que adotará as seguintes condições:

1. Os preços apresentados e demais condições comerciais tem validade de 60 dias.
2. O cumprimento de todas as condições impostas no Edital Pregão Eletrônico nº 029/2012.
3. Os valores obedecerão à tabela abaixo:

LOTE 01			
Item 01 - Discriminação	Quantidade estimada de horas mês	Valor proposto da hora técnica – Limite Máximo R\$ 40,00 R\$	Total por mês (valor hora proposta x quantidade estimada de horas/mês) R\$
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica para empreendimentos da agricultura familiar e/ou do mercado turístico, selecionados no Projeto “Talentos do Brasil Rural Turismo e Agricultura Familiar a Caminho dos Mesmos Destinos”, conforme demanda do SEBRAE/RS, visando sensibilizar, mobilizar e articular os empreendimentos e parceiros em nível local, sendo executados prioritariamente dentro dos Estados de Rondônia, Acre e Mato Grosso, conforme especificações constantes neste Edital e seus Anexos.	80 horas/mês		
Valor Total por 10 meses (Valor total por mês x 10 meses)	R\$.....		

A proposta está apresentada com o preço em moeda corrente nacional e irreatável, compreendendo todas as despesas e custos necessários para a execução do objeto licitado.

Ainda, declaramos que as despesas de passagem aérea, hospedagem e diárias, das viagens serão conforme descritos nos itens 3.3 a 3.5 do termo de referência.

Informações da Conta bancária (banco, agência e conta).

Concorda e submete-se a todas e cada uma das condições impostas pelo referido Edital.

Atenciosamente,

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

(Assinatura do responsável)

denominado “Articulador Local”, e envolvem a estruturação e implementação das ações do Projeto nos Estados do Mato Grosso, Acre e Rondônia, compreendendo entre as atividades:

- a) Mobilizar os empreendimentos da sua área geográfica de atuação, conforme item 2.1 do Edital de Licitação **PREGÃO XX/SEBRAE/RS/2012**, selecionados no âmbito do Projeto “Talentos do Brasil Rural Turismo e Agricultura Familiar a Caminho dos Mesmos Destinos” para todas as atividades do referido projeto.
- b) Auxiliar na realização dos diagnósticos e das capacitações dos empreendimentos que estiverem em seu território geográfico de atuação, previsto no item 2.1 do Edital de Licitação **PREGÃO XX/SEBRAE/RS/2012**;
- c) Acompanhar e orientar os empreendimentos no que se refere as ações previstas no Projeto “Talentos do Brasil Rural Turismo e Agricultura Familiar a Caminho dos Mesmos Destinos”;
- d) Fazer a ligação entre os empreendimentos selecionados em seu território geográfico de atuação, previsto no item 2.1 do Edital de Licitação **PREGÃO XX/SEBRAE/RS/2012**, e os clientes prospectados em pesquisa, para a facilitação do fechamento de negócios entre empreendimentos e clientes;
- e) Aplicar instrumentos de monitoria e avaliação junto aos empreendimentos e aos clientes do seu território geográfico de atuação, previsto no item 2.1 do Edital de Licitação **PREGÃO XX/SEBRAE/RS/2012**;
- f) Realizar reuniões e visitas com consultores conteudistas e especialistas, parceiros, clientes e empreendimentos para avaliação dos resultados;
- g) Elaborar relatórios técnicos mensais das atividades e resultados alcançados;
- h) Elaborar e entregar 01 (um) Relatório Final de Execução acompanhado de toda a documentação organizada, incluindo registros fotográficos, análise da execução do projeto com o uso de gráficos e demais materiais relacionados ao projeto;
- i) Outros serviços correlatos.

§ 2º. A prestação de serviços terá duração total de 800 (oitocentas) horas técnicas, devendo o prestador de serviços possuir total disponibilidade para viagens e disponibilidade de atender até 80 horas por mês, conforme solicitação do **SEBRAE/RS**.

§ 3º. O Projeto Talentos do Brasil Rural tem abrangência Nacional, concentrando-se especialmente nos 12 Estados com cidade sede dos jogos da Copa do Mundo de 2014 (Mato Grosso, Amazonas, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal) e suas respectivas áreas geográficas de atuação.

§ 4º. A **CONTRATADA** deverá manter a pessoa responsável pela prestação de serviços objeto deste contrato disponível para a prestação de serviços objeto deste contrato diariamente na Capital do Mato Grosso, sem nenhum custo adicional ao **CONTRATANTE**.

§ 5º. As despesas com viagens serão suportadas pelas partes da seguinte forma:

- a) As despesas com deslocamentos dentro da cidade correspondente a Capital do Estado do seu território geográfico de atuação, previsto no item 2.1 do Edital de Licitação **PREGÃO XX/SEBRAE/RS/2012**, fazem parte da hora técnica paga pelo SEBRAE/RS.

b) As despesas de viagens, excetuada a prevista na alínea “a”, para a prestação de serviços do objeto deste contrato, serão suportadas pelo SEBRAE/RS, não fazendo parte da hora técnica, desde que:

- I - sejam solicitadas expressa e formalmente pelo **SEBRAE/RS**;
- II - sejam os valores de passagens aéreas e diárias, para alimentação, hospedagem e transporte local determinados pelo **SEBRAE/RS** e atendidos pela **CONTRATADA**;
- III - seja atendido pela **CONTRATADA** todas as regras determinadas previamente pelo **SEBRAE/RS** para a realização de viagens;
- III - seja a prestação de contas apresentada pela **CONTRATADA** ao **SEBRAE/RS**, na forma determinada pelo **SEBRAE/RS**.

§6º. A descrição das principais atividades, a qualificação técnica necessária, bem como local de realização dos trabalhos e demais responsabilidades encontram-se esclarecidas no Termo de Referência do Edital de Licitação **PREGÃO XX/SEBRAE/RS/2012**, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA DO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO, COORDENAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

A execução deste contrato será acompanhada, fiscalizada e coordenada pela funcionária do **CONTRATANTE**, Vânia Regina da Silva Fernandes, ou substituto designado pela Gerência Setorial do Comércio e Serviços, que deverá atestar a execução do objeto deste contrato, sem a qual não será permitido qualquer pagamento.

CLÁUSULA TERCEIRA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta da verba ou dotação orçamentária, conforme registrado no SICONV, Contrato de Repasse nº **0308863-55 / 2009 / MDA / CAIXA**, celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Caixa Econômica Federal e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul – SEBRAE/RS.

CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará pelo período de 10 meses, a contar da data de sua assinatura e poderá ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, nos limites da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA DO PERÍODO DE EXECUÇÃO

A prestação de serviços contratada deverá ser realizada no período de 10 meses, a contar da assinatura do presente contrato, devendo a **CONTRATADA**, nesse período, executar o total de até 800 (oitocentas) horas técnicas, conforme solicitação do **CONTRATANTE**, sendo executadas em média 80 (oitenta) horas técnicas mensais, conforme exposto no Termo de Referência, que faz parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA DAS OBRIGAÇÕES

Além das demais obrigações estabelecidas neste instrumento, são obrigações das partes:

I. Do **CONTRATANTE**:

- a) Acompanhar e avaliar os serviços prestados;
- b) Comunicar à **CONTRATADA** qualquer irregularidade ou imperfeição nos serviços por ela prestados, solicitando e fixando prazo para providências imediatas para sua regularização ou correção;
- c) Coordenar, de modo geral, os trabalhos objeto deste contrato;
- d) Proceder a mais ampla fiscalização sobre a fiel entrega e execução dos serviços objeto deste contrato, sem prejuízo da responsabilidade da **CONTRATADA**, nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93;
- e) Avaliar a qualidade da execução dos serviços, podendo rejeitá-los no todo ou em parte;
- f) Exigir o cumprimento de todos os itens deste contrato, segundo suas especificações;
- g) Efetuar os pagamentos das atividades desenvolvidas pela empresa **CONTRATADA**, os quais somente serão autorizados, mediante a forma e condições de pagamento estabelecidas neste contrato.

II. Da **CONTRATADA**:

- a) Iniciar a prestação dos serviços após a assinatura do contrato, mediante solicitação do **CONTRATANTE**;
- b) Garantir que os serviços executados sejam realizados com qualidade e nos prazos solicitados pelo **CONTRATANTE**;
- c) Providenciar e manter qualificação técnica adequada dos profissionais envolvidos no fornecimento do serviço contratado, tal qual apresentada no Edital de Licitação **PREGÃO XX/SEBRAE/RS/2012**;
- d) Planejar, desenvolver, implantar e executar os serviços objeto do contrato, de acordo com os requisitos estabelecidos nas especificações técnicas;
- e) Prestar os serviços objeto do contrato por meio de técnico capacitado conforme especificações descritas no Edital **PREGÃO XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, garantido assim que a prestação dos serviços objeto deste contrato seja executada somente por meio de corpo técnico próprio e qualificado, conforme apresentado no certame de licitação que originou este contrato;
- f) Fornecer capital humano e material necessário para a realização dos serviços solicitados pelo **CONTRATANTE**;
- g) Possuir disponibilidades para viagens no âmbito Nacional, bem como disponibilidade de atender, no máximo, 80 (oitenta) horas técnicas por mês no cumprimento do objeto deste contrato, conforme solicitação do **CONTRATANTE**;
- h) Realizar os atendimentos somente para os empreendimentos indicados previamente pelo **CONTRATANTE**;
- i) Disponibilizar o material necessário para os serviços;
- j) Manter o **CONTRATANTE** informado sobre o andamento dos trabalhos, bem como lhe prestar informações sempre que requeridas;
- k) Reportar ao **CONTRATANTE**, formal e imediatamente, qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades do **CONTRATANTE**;
- l) Responder, por escrito, no prazo máximo de 48 horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes ao contrato, que eventualmente venham a ser solicitados pelo **CONTRATANTE**;

- m) Corrigir, alterar e/ou refazer os serviços não aprovados pelo **CONTRATANTE** conforme prazo definido por este;
- n) Conservar a sua regularidade fiscal e regularidade trabalhista, comprovando-a sempre que solicitada pelo **CONTRATANTE**;
- o) Arcar com os encargos decorrentes da presente contratação, especialmente os de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, não decorrendo do presente contrato qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e o **CONTRATANTE**;
- p) Assumir a defesa do **CONTRATANTE** e responder pelos valores de eventual condenação, caso empregado ou ex-empregado seu proponha reclamatória trabalhista em face do **CONTRATANTE**;
- q) Fornecer ao **CONTRATANTE** regularmente e sempre que solicitado, relatórios parciais e finais de execução dos serviços objeto do contrato;
- r) Participar das reuniões periódicas, solicitadas pelo **CONTRATANTE**, com o gestor do Projeto, para avaliar o andamento dos trabalhos;
- s) Manter sempre atualizado para o **CONTRATANTE** o status de execução dos serviços objeto deste contrato;
- t) Apresentar relatórios de execução das atividades desenvolvidas mensalmente, e nota fiscal em nome de Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul – SEBRAE/RS; Endereço à Rua Sete de Setembro nº 555, CEP 90010-190, em Porto Alegre/RS; CNPJ: 87.112.736/0001-30, fazendo referência ao Contrato de Repasse nº **0308863-55 / 2009 / MDA / CAIXA**, firmado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Caixa Econômica Federal, de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, publicado em XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;
- u) Encaminhar os relatórios e as notas fiscais emitidas, conforme citado acima, para o seguinte endereço: SEBRAE-RS – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul; Endereço: Sete de Setembro nº 555, CEP 90010-190, em Porto Alegre/RS, aos cuidados da Sra. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;
- v) Informar nas notas fiscais a conta-corrente da **CONTRATADA** (pessoa jurídica) para pagamento. O **CONTRATANTE** não fará pagamento via boleto bancário, em conta poupança, ou em conta-corrente cujo titular não seja a empresa adjudicada. Atentar para o preenchimento de todos os campos da nota fiscal;
- w) Prestar contas das viagens realizadas para execução da prestação de serviços na forma e nos prazos exigidos pelo SEBRAE/RS;
- x) Não assumir qualquer despesa em nome e por conta do **CONTRATANTE**, sem prévia e expressa autorização;
- y) Informar imediatamente ao **CONTRATANTE** toda e qualquer excepcionalidade ocorrida durante a execução do contrato, de tal modo que possam ser tomadas imediatas providências em tempo hábil para solucionar o problema. Qualquer atraso ou falha na execução será considerado falta grave e sujeitará a empresa contratada às sanções previstas na legislação de licitações e neste contrato;
- z) Cumprir rigorosamente os prazos e obrigações estabelecidos pelo **CONTRATANTE**;
- aa) Manter-se em contato freqüente com o **CONTRATANTE**, objetivando evitar transtornos e atrasos na execução dos serviços;
- bb) Manter a pessoa responsável pela prestação de serviços objeto deste contrato disponível para a prestação de serviços objeto deste contrato diariamente na Capital do Estado do Mato Grosso, sem nenhum custo adicional ao **CONTRATANTE**;
- cc) Manter, durante a execução do Contrato, as mesmas características e condições de habilitação e qualificação técnica apresentadas durante o processo licitatório, devendo, justificada e previamente, solicitar autorização ao **CONTRATANTE**, para qualquer alteração que possa afetar o cumprimento deste Contrato;
- dd) Possibilitar, efetivamente, a supervisão e fiscalização pelo **CONTRATANTE** e MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, permitindo-lhes efetuar acompanhamento “in-loco” e fornecer sempre que solicitadas, as informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste instrumento, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa ao Contrato;

- ee) Permitir o livre acesso dos funcionários do **CONTRATANTE** e **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO** e dos Órgãos de Controle Interno do Poder Executivo Federal, bem como do Tribunal de Contas da União aos processos, documentos, informações referente a este Contrato e aos locais de execução do objeto contratado;
- ff) Responsabilizar-se pela qualidade do atendimento prestado e, no caso de insatisfação, verificar a causa e complementar o serviço, sem nenhum ônus adicional ao **CONTRATANTE**;
- gg) Enviar ao **CONTRATANTE** relatório Final de Execução acompanhado de toda a documentação organizada, incluindo registros fotográficos, análise da execução do projeto com o uso de gráficos e demais materiais relacionados ao projeto;
- hh) Responsabilizar-se pelos danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo mesmo;
- ii) Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e prepostos, quando nas dependências do **CONTRATANTE**, ou em qualquer outro local onde estejam atendendo o objeto deste contrato, devendo adotar as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor;
- jj) Solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com a execução do objeto do presente contrato, mesmo que para isso outra solução não prevista no mesmo tenha que ser apresentada para aprovação e implementação, sem ônus adicionais para o **CONTRATANTE**, desde que de responsabilidade da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SÉTIMA DO PREÇO

O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de até R\$ XX.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), correspondente a 800 (oitocentas) horas de consultoria, com o custo de R\$ XX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX) por hora, sem reajuste na vigência deste instrumento, limitado mensalmente a um total máximo de 80 (oitenta) horas.

§ 1º. No valor descrito no *caput* estão incluídas todas as despesas com horas técnicas em qualquer localidade do Brasil, deslocamento e alimentação dos profissionais que executarão as consultorias objeto deste instrumento na Capital do Estado de seu território geográfico de atuação constante no item 2.1 do Edital de Licitação **PREGÃO XX/SEBRAE/RS/2012**, bem como todos os materiais, mão-de-obra, ferramentas, equipamentos auxiliares, seguros, taxas, impostos e contribuições de qualquer natureza ou espécie, salários, encargos sociais e quaisquer outros necessários à perfeita execução do objeto contratado.

§ 2º. Quando se fizerem necessárias viagens pela **CONTRATADA** para desenvolvimento das ações objeto deste contrato, estas viagens deverão ser requeridas formalmente pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE** com, no mínimo, XX (XXXXXX) dias de antecedência e, se aprovadas expressamente pelo **CONTRATANTE**, este se responsabilizará pelo pagamento das passagens, da hospedagem e de diária, com valores limitados pelo SEBRAE/RS, que serão liberados conforme critérios estabelecidos pelo **CONTRATANTE**, devendo a **CONTRATADA**, após a viagem, prestar contas por meio de documentação comprobatória da viagem, conforme normas estabelecidas pelo **CONTRATANTE**, sob pena de a **CONTRATADA** ter que devolver a integralidade dos valores referentes a viagem.

§ 3º. O **CONTRATANTE** não fará nenhum ressarcimento de valores gastos pela **CONTRATADA**, seja a que título for, sem prévia e formal autorização pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA OITAVA DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento dos serviços efetivamente realizados será efetuado conforme a execução da prestação de serviços, de acordo com as horas técnicas executadas, em até 20 (vinte) dias úteis após a apresentação de relatório mensal referente às atividades realizadas no mês anterior, acompanhado da nota fiscal de prestação de serviços descritos nos mesmos.

§ 1º. O relatório mensal de consultoria a ser apresentado pela **CONTRATADA** deve conter, obrigatoriamente, os itens abaixo:

- a) Descrição dos serviços realizados;
- b) Informação do período e local de realização dos serviços;
- c) Listagem dos empreendimentos atendidos e benefícios alcançados;
- d) Número de horas de trabalho no mês;
- e) Valor total das horas executadas no mês de acordo com o valor hora estabelecido neste contrato;
- f) Data de emissão da nota;
- g) Informação acerca das retenções tributárias, se for o caso;
- h) Banco, número da agência e conta-corrente para depósito do pagamento;
- i) Número do Contrato firmado com o SEBRAE/RS;
- j) Assinatura de aprovação do Gestor do SEBRAE/RS.

§ 2º. A regularidade fiscal junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal e Distrital, Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como a apresentação de todos os comprovantes pela **CONTRATADA** é condição indispensável para liberação de cada pagamento, e ainda apresentação de quitação de todos os encargos fiscais e trabalhistas.

§ 3º. Os pagamentos também ficam condicionados a apresentação pela **CONTRATADA**, juntamente com o relatório de que trata o § 1º desta cláusula, de prestação de contas das viagens realizadas no mês anterior a apresentação do relatório, se houver, com a apresentação da documentação exigida previamente pelo **CONTRATANTE**.

§ 4º. O **CONTRATANTE** poderá deduzir da importância a pagar para a **CONTRATADA** os valores correspondentes a multas ou indenizações ou outros valores devidos pela **CONTRATADA** nos termos deste Contrato.

§ 5º. Nenhum pagamento será efetuado na pendência da entrega de documentos essenciais à liquidação e pagamento e na pendência de atestação de conformidade do serviço executado, emitido por meio do "De acordo" da gestora do **CONTRATANTE** neste contrato, nos relatórios de horas trabalhadas mensal, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária.

§ 6º. Os pagamentos serão creditados em nome da **CONTRATADA**, mediante depósito em conta corrente por ela indicada, no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste contrato de prestação de serviços.

§ 7º. Os pagamentos sofrerão as retenções de tributos, se for o caso, conforme legislação vigente.

§ 8º. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal, serão os mesmos restituídos à **CONTRATADA** para as correções necessárias, não respondendo o SEBRAE/RS por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

CLÁUSULA NONA DO PRODUTO A SER ENTREGUE

A **CONTRATADA** deverá apresentar ao **CONTRATANTE** relatório mensal, conforme as horas de serviço de consultoria técnica e de mercado efetivamente prestados no mês anterior, consultorias estas expressamente solicitadas pelo **CONTRATANTE** de acordo com o objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS RESPONSABILIDADES

A **CONTRATADA** responderá por todas as obrigações sociais, fiscais, parafiscais, previdenciárias e trabalhistas e outras que incidam ou venham a incidir sobre este contrato, bem como sobre os serviços contratados com terceiros e sobre os contratos de trabalho que mantiver com seus empregados ou prepostos, incluídas as relativas a acidentes de trabalho.

§ 1º. A **CONTRATADA** responderá ainda, civilmente, pelos atos praticados por seus empregados e prepostos, quando da execução dos serviços objeto deste instrumento, suportando os ônus decorrentes de quaisquer danos materiais e morais, por eles causados a bens e pessoas, sem prejuízo do direito de regresso.

§ 2º. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos estabelecidos, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

§ 3º. Na hipótese do **CONTRATANTE** ser compelido a efetuar o pagamento de qualquer débito fiscal, trabalhista, previdenciário, civil ou de outra natureza, referentes às atividades necessárias ao cumprimento deste contrato, deverá o **CONTRATANTE** ser ressarcido dos valores pagos a este título.

§ 4º. Caso o **CONTRATANTE** seja demandado como réu ou reclamada, em quaisquer ações judiciais ou administrativas que possam ocorrer em consequência da execução deste contrato, em especial reclamações trabalhistas, solidariamente ou subsidiariamente, de empregados ou representantes, autônomos, prestadores de serviços e assemelhados, que prestem serviços para a **CONTRATADA**, fica este obrigado a reembolsar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de dez dias contados do trânsito em julgado da decisão condenatória, as despesas decorrentes da eventual condenação, custas, inclusive honorários periciais e advocatícios, com juros e correção monetária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO

A **CONTRATADA** não poderá ceder, transferir ou subcontratar a execução de parte ou de todo o objeto deste contrato sem prévia e expressa autorização do **CONTRATANTE**.

§ 1º – A transferência a terceiros não desonera a **CONTRATADA** da responsabilidade quanto às obrigações transferidas.

§ 2º – Por ocasião da assinatura do contrato, a **CONTRATADA** apresentará ao **CONTRATANTE** a relação de profissionais que participarão da execução do serviço. Não havendo ressalvas por parte da **CONTRATANTE**, os profissionais serão, automaticamente, autorizados a participarem da execução do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DOS ADITAMENTOS

O presente contrato poderá ser aditado, mediante acordo entre as partes, no caso de alteração, nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e/ou prorrogação do prazo de vigência do mesmo, de acordo com os limites previstos na Lei 8.666/93, desde que haja interesse do **CONTRATANTE**, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA RESCISÃO

O inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais assumidas, resguardada a prévia defesa, dará ao **CONTRATANTE** o direito de rescindir unilateralmente o contrato, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93, ficando a **CONTRATADA** sujeita às penalidades previstas neste instrumento.

§ 1º. Constituem motivos para rescisão unilateral do contrato por parte do **CONTRATANTE**, os citados no artigo 78 da Lei 8.666/93, entre os seguintes:

- a) O não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos estipulados pelo **CONTRATANTE**;
- b) O atraso injustificado no início do serviço;
- c) A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
- d) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial sem prévia anuência do **CONTRATANTE**;
- e) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- f) O cometimento reiterado de faltas na sua execução dos serviços;
- g) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- h) A dissolução da sociedade;
- i) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, bem como a sua associação com outrem, fusão, cisão ou incorporação, que prejudique ou inviabilize a execução do contrato;
- j) Razões de interesse administrativo do **CONTRATANTE**, desde que fundamentadas;
- k) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

§ 2º. A rescisão do contrato poderá ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, com anuência expressa e por escrito do representante legal do **CONTRATANTE**, desde que haja conveniência ao **CONTRATANTE**.

§ 3º. A rescisão do contrato poderá dar-se, ainda, judicialmente, nos termos da legislação em vigor.

§ 4º. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso na execução dos serviços, sem que tenham sido apresentadas justificativas plausíveis, estará caracterizado o descumprimento total das obrigações assumidas, caso em que o **CONTRATANTE** poderá optar pela rescisão do contrato.

§ 5º. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo de contratação, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 6º. Sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento, na hipótese de rescisão administrativa do presente contrato, o **CONTRATANTE** reserva-se o direito de reter os créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos sofridos.

§ 7º – As multas e outras penalidades aplicáveis só poderão ser relevadas nos casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, mediante decisão fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA DENÚNCIA

Fica facultado ao **CONTRATANTE** o direito de denunciar este contrato, fundamentadamente, por conveniência do **CONTRATANTE**, mediante aviso por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, salvaguardados os compromissos assumidos até a data da denúncia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DAS PENALIDADES

No atraso injustificado ou na inexecução total ou parcial do contrato o **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com o Sistema SEBRAE, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

§ 1º. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o Sistema SEBRAE, pelo prazo de até 02 (dois) anos poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** juntamente com a de multa.

§2º. A penalidade de advertência poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou na licitação, ou atraso na execução das obrigações, desde que não acarretem prejuízos para o **CONTRATANTE** e desde que não seja caso de aplicação de outra penalidade mais grave;
- b) Execução insatisfatória ou inexecução dos serviços, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária;
- c) Pequenas ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços do **CONTRATANTE**.

§ 3º. Pela inexecução total dos serviços será aplicada a multa de 10% (dez por cento) e pela inexecução parcial será de 05% (cinco por cento), calculadas sobre o valor total do contrato, correspondente a R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

- a) As multas a que se refere esse contrato não impedem que o **CONTRATANTE** rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas neste instrumento, facultada a defesa prévia da **CONTRATADA**, no respectivo processo;
- b) As multas aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**;
- c) Inexistindo pagamento devido pelo **CONTRATANTE**, ou sendo este insuficiente, caberá à **CONTRATADA** efetuar o pagamento do que for devido, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da data da comunicação de confirmação da multa.
- d) Não se realizando o pagamento nos termos definidos neste item, far-se-á sua cobrança judicialmente.

§ 4º. Caso haja a desistência (total) da contratada na execução do serviço será cobrada uma multa indenizatória de 10% (dez) por cento sobre o valor do contrato. A contratada estará

notificada para fins de apresentação de justificativas, as quais deverão ser apresentadas dentro do prazo limite de 24 (vinte quatro) horas.

§ 5º. As multas e outras penalidades aplicáveis só poderão ser relevadas nos casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado, mediante decisão fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DO AMPARO LEGAL

A lavratura do presente Contrato decorre da realização de Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, conforme previsto na Lei 10.520/02 e Decreto 5.450/05.

§ ÚNICOº. Os serviços foram adjudicados em favor da **CONTRATADA**, conforme despacho exarado no processo administrativo XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, em conformidade com o resultado do certame licitatório realizado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DOS CASOS OMISSOS

A execução deste Contrato, bem, ainda, os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei n.º 8.666/93 combinado com o inciso XII, do artigo 55, do mesmo diploma legal, restando sublinhado, expressamente, que o presente contrato é de natureza civil, não podendo ser invocada a aplicação de regras da legislação do trabalho, podendo ainda os casos omissos serem, se possível, resolvidos de comum acordo entre as partes

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA DA NULIDADE

A nulidade de qualquer uma das cláusulas deste contrato não implicará em nulidade das demais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este Contrato fica vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, constante do Processo Administrativo XXXXXXXXXXXXXXXX.

§ ÚNICO. Serão partes integrantes deste Contrato o edital do Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXXXXXXXX, o Termo de Referência, os documentos de Habilitação e a proposta de Preços apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre – RS para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

Porto Alegre, XX de XXX de 20XX.

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Diretor Superintendente

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Diretor de Administração e Finanças

CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Testemunhas:

1)
CPF/MF n.º

2)
CPF/MF n.º

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA
(Obrigatória para Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte)

Enquadramento do porte da empresa:

() MICROEMPRESA - Faturamento bruto anual de até R\$ 240.000,00 e não atendimento às vedações previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar 123/06.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE – Faturamento bruto anual de até 2.400.000,00 e não atendimento às vedações previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar 123/06.

A empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, devidamente inscrita no CNPJ nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, **DECLARA** que as informações acima são verdadeiras para fins participação em processo licitatório, no sentido de antecipar informações a respeito do porte da empresa. **Asseguro**, quando solicitado pela contratante, a comprovação dos dados aqui inseridos, sob pena da aplicação das sanções previstas no Código Penal brasileiro.

Por ser a presente declaração a manifestação fiel de minha livre vontade, firmo este documento, para os fins de direito.

Local, **XXXXXXX** de **XXXXXXXXXXXX** de 2012.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Assinatura Representante Legal do licitante

ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Ao
SEBRAE/RS
Prezados Senhores:

A empresa XXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXX, por meio de seu representante legal XXXXXXXXXXXXX, portador da Cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXXX, expedida pelo XXXXXXXX, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXXX, DECLARA, sob as penalidades da Lei, para fins de licitação, **PREGÃO 029/2012**, que:

- a) Atenderá a Legislação Ambiental - em face da política governamental do desenvolvimento nacional sustentável - naquilo que aplicável à prestação dos serviços contratados por via deste certame licitatório, bem como atenderá as políticas de desenvolvimento sustentável de acordo com a legislação específica que vier a ser estabelecida pelo Governo Federal;
- b) Promoverá em suas dependências, de acordo com a natureza de seus serviços internos, a aplicação da Instrução Normativa nº 01/2010 (práticas de sustentabilidade ambiental), no tocante, em especial, ao disposto no Art. 6º desta referida instrução (aquisição de serviços);
- c) Atenderá, sem reservas, os seguintes princípios relativos ao direito ambiental: *Princípio do Desenvolvimento Sustentável* (art. 170, VI cc. art 225, § 1º, V, da CF e arts. 4º e 5º da Lei 6.938/81), *Princípio do Poluidor Pagador* (art. 225, § 3º da CF e arts. 4º, VII e 14, § 1º da Lei 6.938/81) e *Princípio da Prevenção/Precaução* (art. 225, § 1º, IV, da CF e art. 9º, I, III, V da Lei 6.938/81).

Concorda e submete-se a todas e cada uma das condições impostas pelo referido Edital.

Local, XX de XXXXXXXX de 20XX.

Atenciosamente,

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Assinatura Representante Legal do licitante